

**TRABALHO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA: A centralidade da Teoria da
Alienação em Marx no enfrentamento dos dilemas da educação***

Jacqueline Aline Botelho Lima ** - jacque_botelho@yahoo.com.br

O problema da educação não pode ser bem compreendido se não for considerado como um problema econômico e social. O erro de muitos reformadores residiu em seu método abstratamente idealista, em sua doutrina exclusivamente pedagógica.

José Carlos Mariátegui

Introdução

De acordo com a teoria marxiana e com análises marxistas, a origem da alienação encontra-se na produção material da vida e está relacionada à determinada dimensão subjetiva, correspondente a uma dimensão objetiva histórico-social. A alienação social é a interiorização cultural dos colonizadores, a perda de poder dos trabalhadores em decisões fundamentais que dizem respeito à logística do trabalho, a perda de autonomia dos sujeitos que atinge a todos os espaços da vida social, começando no trabalho, mas não se restringindo a atividade produtiva.

Não poderíamos dizer que a alienação se restringe ao trabalho e a quem trabalha, encarando este como atividade específica, que determina a vida de quem o exerce apenas. O trabalho é atividade social ontológica e originária da vida social, da organização societária, não podendo ser encarada como atividade micro, reduzida ao ato de trabalhar. A alienação no sentido marxista não é um estado temporário, fruto da subjetividade humana, como também não é indestrutível.

A superação da alienação exige a abolição da propriedade privada e do trabalho estranhado. Ela é efeito das mudanças estruturais no processo de transição para um mundo comunista de produção. Nos manuscritos econômicos-filosóficos de 1844, a alienação é considerada um estranhamento do operário em relação ao produto do seu trabalho. Por isso, por sua origem material e histórica, ela não pode ser combatida pela educação, apenas, no sentido restrito que hegemonicamente é concebida. No seu sentido ampliado ela cumpre papel na instrumentalização da luta, compondo o horizonte estratégico dos movimentos sociais.

A educação é passo importante na formação da consciência, ela contribui na elevação do grau de consciência político social do sujeito. Porém, mesmo o homem instrumentalizado de consciência revolucionária não deixará de ser alienado sem reunir esforços junto a outros homens para a organização, articulação e resistência a favor da construção de um modelo de produção e de um mundo comunistas na abolição da propriedade privada¹.

Sob o prisma da alienação, carece desvelarmos a sua determinação, o que requer um diálogo com a lei econômica que dá movimento a sociedade moderna, a lei do “valor”. Esta lei é tão determinante, que podemos mesmo dizer que o “valor” é a lei econômica que dá movimento a sociedade moderna, gerindo as demais leis que pertencem ao âmbito privado no sentido privatista.

1. A Teoria do Valor: uma aproximação para o enfrentamento da alienação

Segundo K. Marx (1996, p. 171) “A mercadoria apareceu-nos [...] como algo dúplice, valor de uso e valor de troca [...]”. O valor de uso da mercadoria é valor de uso social (para outro) que responde às necessidades materiais e espirituais que são determinadas historicamente. É a “qualidade” da mercadoria que constitui seu valor de usoⁱⁱ, sendo esta qualidade representada por um trabalho determinado, específico. Para fazer um jarro de barro, que requer uma habilidade, é necessário que o sujeito saiba preparar o barro, manuseá-lo até ficar a ponto de transformação.

Segundo o autor, “uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando a sua utilidade para o homem não é medida por trabalho”. O ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas são exemplos neste sentido. Ainda, “uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria”. O homem que satisfaz sua própria necessidade com o produto que cria, produz valor de uso, mas não mercadoria, tendo em vista que para produzir mercadoria, não basta que se produza apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso socialⁱⁱⁱ. Isto é, para que o produto seja mercadoria, é preciso que ele seja transferido a quem vai servir como valor de uso através da troca. (MARX, 1996, p. 170).

Como nos aponta Iamamoto (2007), o valor de uso da mercadoria se objetiva no consumo e constitui o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a estrutura de organização da sociedade. Ele acompanha a história do homem, considerando que em todas as épocas históricas os produtos têm uma utilidade para a satisfação das necessidades. Marx (1987), Em “para crítica da economia política”, nos traz mais elementos para compreensão do valor de uso que, para ele, se efetiva apenas no processo de consumo. O mesmo valor de uso pode ter funções diferentes, sendo utilizado de diferentes modos: “[o diamante, por exemplo,] onde quer que sirva como valor de uso, no colo de uma dama, onde tem uma finalidade estética, na mão de um cortador de vidro, desempenhando uma função técnica, é sempre diamante e não mercadoria”. (Ibidem, p. 35)

Para Marx (Ibidem, p. 31-32), “ser valor de uso é pressuposição necessária para a mercadoria, mas não reciprocamente, pois ser mercadoria parece ser determinação indiferente para o valor de uso [...]” Na sociedade mercantil, o valor de uso é a base material onde se apresenta uma relação econômica determinada - o valor de troca.

Na sociedade mercantil, estudada por Marx, o valor de uso é suporte do valor de troca. “O valor de troca aparece primeiramente como relação quantitativa em que valores de uso são trocáveis entre si” (Ibidem, p. 32). A partir de Marx, compreendemos o que viabiliza a troca de mercadorias diferentes: é necessário haver entre elas algo em comum, uma identidade (valor). O autor nos diz que só existe troca se existirem diferenças de necessidades, diferentes valores de uso. Ex. Não troco café por café. A não ser que eles tenham “qualidades” diferentes.

O valor de uso da mercadoria tem como suporte o trabalho concreto. Como vimos, para uma mercadoria ter uma utilidade, ela tem que ser fruto de uma qualidade de um trabalho determinado. Quando vejo o trabalho pelo ângulo do trabalho concreto, estou chamando a atenção para a *qualidade* desse trabalho, para sua utilidade, sua capacidade de se materializar em valores de uso que respondam às necessidades sociais. Correspondem ao trabalho concreto (trabalho útil) todos os elementos da riqueza material que não são oferecidos imediatamente pela natureza, mas que são produto de uma atividade produtiva específica (uma atividade útil), que assimila elementos postos pela natureza, re-trabalhados ou não, e que os transforma em *produto*. (IAMAMOTO, 2007).

A idéia de trabalho concreto está na base da constituição da humanidade do homem, que é um ser que transforma a natureza, produz objetos úteis de sua necessidade^{iv}, e, portanto, realiza um trabalho que existe em todas as sociedades e não só na sociedade capitalista. Assim, quando penso isoladamente o valor de uso de um trabalho concreto, trabalho útil do qual o homem se objetiva para a satisfação de suas necessidades, penso no trabalho que define a natureza do homem. Nele o homem é capaz de antecipar os seus objetivos, de conduzir a sua ação na concepção do produto, dimensão que é transversal à história humana. Toda a discussão sobre a ontologia do trabalho está centrada no trabalho concreto. Como nos diz Marx, o trabalho útil, como criador de valores de uso, é uma condição de existência do homem, independente da sociedade, dos modos de produção. Ele é eterna mediação do metabolismo entre homem e natureza. (MARX, 1996, p. 172)

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (Ibidem).

Nas análises de lamamoto (2007), Marx não está só pensando uma sociedade que tem uma dimensão de universalidade. Ele considera a dimensão de historicidade determinada pelo modo como os homens organizam as suas relações sociais. Reconhecendo tais dimensões, Marx se propõe a estudar a mercadoria que não é só trabalho concreto (útil), mas também valor expresso na troca, portanto é também trabalho humano abstrato, trabalho humano em geral. No caso da mercadoria, não existe um trabalho que seja exclusivamente concreto ou

abstrato. De um ângulo ele tem uma utilidade (concreto), mas quando se abstrai essa qualidade (habilidade do artista, do marceneiro etc.) ele também é materialização de força humana, física, espiritual, de energia humana (trabalho abstrato).

Na sociedade mercantil, a mercadoria não pode ser valor de uso (trabalho concreto) sem ser valor (trabalho abstrato, medido pelo tempo de dispêndio de força humana), nem ser valor sem ser valor de uso, porque o valor de uso é suporte do valor de troca. Porém, mesmo que duas pessoas tenham necessidades diferentes (que motivem a troca), em termos de mercado, é o valor quem nos permite conhecer se as mesmas são "equivalentes", é a medição deste equivalente, desta expressão comum a todas as mercadorias e não apenas o interesse pela troca de qualidades distintas, que fomenta a relação de mercado. É na medição do valor (quantidade de força humana empregada) que podemos dizer que duas mercadorias são iguais a uma terceira (que não é uma nem outra) que viabiliza essa troca. Por isso, Marx nos aponta que, na verdade, valor de troca é valor.

Segundo Marx, é pela expressão de equivalência de diferentes espécies de mercadoria que é revelado o caráter específico do trabalho gerador de valor, quando se reduz de fato, os diversos trabalhos contidos nas mercadorias diferentes a algo comum neles, ao trabalho humano em geral. Finalmente, o dinheiro objetivamente vela, em vez de revelar, “[...] o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sociais entre produtores privados.” (1996, p.179 e 201).

O que determina a lógica de funcionamento da sociedade capitalista é a subordinação do valor de uso (trabalho concreto) ao valor (trabalho abstrato). Na sociedade mercantil se busca o lucro, o que produzimos é indiferente (hoje produzo camisa, amanhã caneta, depois cadeira), porque o que move a lógica de funcionamento dessa sociedade não é a satisfação das necessidades, e sim, a compra e a venda, tendo em vista a acumulação do capital. Nesse sentido é que o valor de uso é subordinado, nessa sociedade, a uma lógica maior, que é a lógica da reprodução do próprio valor.

Ao pensarmos o trabalho do pintor que pinta para vender seus quadros numa exposição, ele não pinta pelo seu bel prazer (pode até ter prazer nisto), mas ele pinta para pôr

seu quadro no mercado. Ele tem que saber pintar (concreto). É o mesmo trabalho, porém não pensado no ângulo da sua qualidade, mas pelo ângulo de sua indiferença (“trabalho humano cristalizado”, “gelatina de trabalho”); abstrai-se o ângulo da qualidade (concreto, valor de uso) e vemos o trabalho na ótica da quantidade (valor). Aqui damos ênfase à supervalorização de um determinado ângulo do trabalho, onde cabe enfatizarmos que na sociedade mercantil, mesmo a capitalista, todo trabalho (quando se trata de valores de uso sociais) é concreto e abstrato, com exceção do trabalho que realizamos para nós mesmos, em nossa casa, para a satisfação de nossas necessidades (como cozinhar etc.). (IAMAMOTO, 2007, p. 33).

Quando desaparece o caráter útil dos produtos do trabalho, junto com ele “desaparece” o caráter útil dos trabalhos neles representados, e as diferentes expressões concretas desses trabalhos, que deixam de se diferenciar um do outro para serem reduzidos a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. Assim, resta deles a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, de dispêndio de força de trabalho humano, sem que sejam consideradas as relações sociais em que foi despendida. (MARX, 1996, p. 168) O valor surge na produção^v, representando trabalho humano abstrato investido na produção de algo que satisfaz as necessidades.

Feitas estas considerações, reconhecemos que o valor da mercadoria se expressa na troca, não sendo determinado por esta. O valor não surge da compra e da venda, apenas mostra-se nela, surgindo da produção. Toda esta discussão feita por Marx nos auxilia na compreensão da centralidade do trabalho na relação homem-natureza como característica ontológica da vida humana, do “valor” como originário da produção, não sendo está evidência afetada pelas transformações no mundo do trabalho.

1.1 O desenvolvimento das forças produtivas e a contradição fundamental do capitalismo

Através do aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho é possível o aumento da produtividade e do trabalho humano ao longo da história. O caráter da atividade realizada pelos indivíduos na fabricação dos produtos, determina o tipo de relação a ser estabelecida entre os trabalhadores e os meios de produção. No feudalismo, o trabalho agrícola era realizado via

instrumentos de trabalho simples (enxadas, pás, arados de madeira ou de ferro) sendo necessário o esforço e a habilidade manual dos trabalhadores no arado da terra, na colheita e preparo dos produtos colhidos para o consumo ou armazenamento.

A produtividade do trabalho no capitalismo aumentou muitíssimo em relação ao modo de produção feudal. Nele, os trabalhadores são operários agrícolas que não possuem a terra como possibilidade. Esta condição é vendida sob a ideologia da liberdade, sendo destacado que os homens no capitalismo não estão amarrados à terra, sendo livres para venderem sua força de trabalho. Sob o capitalismo, a divisão do trabalho também se torna mais complexa, sendo a produtividade mais controlada com jornadas de trabalho; os trabalhadores recebem salários e vivem em cidades ou vilas próximas de onde se deslocam para o local de trabalho. O trabalho no capitalismo é essencialmente técnico e se realiza através do manejo das máquinas que são propriedade do patrão.

Deste modo, o que distingue as épocas econômicas umas das outras não é o que se faz, mas sim como se faz; a complexidade contida no produto. Baseadas no desenvolvimento dos instrumentos de trabalho são criadas determinadas relações entre os homens através do processo de produção. No entanto, é preciso destacar que não é a transformação do instrumento, em si, o que permite a passagem a outro modelo de produção, mas essencialmente a nova relação social viabilizada por este novo instrumento; este novo modo de produção será dependente da força de trabalho humana e de como se dará a relação de produção na utilização do novo instrumento e da força de trabalho na definição do tempo destinado à produção.

No comunismo primitivo, quando os instrumentos eram muito primários, pouco desenvolvidos, quando as ferramentas dificultavam a luta isolada contra as forças da natureza, animais etc., os homens eram obrigados a trabalhar em comum. O trabalho em comum era possível pela propriedade em comum dos instrumentos de produção o que resultava que os frutos do trabalho fossem comuns. Quando o homem descobre o fogo e começa a trabalhar o metal, criando instrumentos como o machado de ferro, o arado com relha de ferro etc., a produtividade do trabalho aumenta a ponto que o homem começa a produzir mais do que necessita para seu consumo imediato.

Surge na história uma possibilidade de dominação pela expropriação na combinação de coerção e força já existentes anteriormente, porém de maneira menos organizada. Esta dominação, agora, se dá também no campo do planejamento e do desenvolvimento das forças produtivas, podendo, por esta razão, obrigar os outros homens a trabalharem para eles (os dominadores). Isto não acontecia na comunidade primitiva, em que homem algum podia obrigar outro homem a trabalhar para ele, dado que o rendimento do trabalho de cada um somente chegava para a subsistência individual e desse modo para recuperar a energia necessária para continuar o trabalho simples do dia seguinte.

Apenas quando se criam as condições de produção de um excedente é que surge a escravidão e a falsa liberdade capitalista, na qual a propriedade social dos meios de produção é substituída pela propriedade privada. Antes, a busca do domínio do homem pelo homem seria pouco produtiva, visto que os homens estavam descobrindo meios de garantir a vida. O conhecimento sobre os instrumentos para a subsistência era passado socialmente, sendo um homem dependente do outro. Durante este tempo primitivo ninguém era dono de nada e tudo pertencia a todos.

Com o crescimento da comunidade, as tarefas foram divididas. Enquanto uns plantavam, outros cuidavam do rebanho e outros fabricavam os instrumentos de trabalho. No entanto, tudo o que era produzido tinha valor de uso social para a comunidade. Não sobravam produtos propositadamente, não havia excedentes. Nisto consistia a economia de subsistência. Tudo era consumido e não havia condições para troca como relação social fundamental.

A divisão do trabalho trouxe condições dos homens desenvolverem técnicas que ajudaram no aumento da produção. Por exemplo, se determinado grupo era responsável pelos instrumentos, foi possível aprimorar a técnica destes instrumentos, aumentar a quantidade de instrumento e sua qualidade. Assim, era possível à comunidade produzir mais do que ela precisava e com a produção de excedentes foi possível a atividade comercial que continuava valorizando o produto produzido em outras esferas. O dinheiro surge junto com a ampliação da atividade de troca, no início sendo representado por algo raro, como o ouro e o sal em outras épocas.

Na produção da manufatura, os operários utilizam os mesmos instrumentos, tecnicamente pouco evoluídos que utilizavam nas oficinas particulares e nesse processo, cada operário transforma a matéria em produto acabado, realizando todo o processo de trabalho. Neste caso, estava o conhecimento embutido na produção, visto que, na realização do seu todo, os produtores de manufaturas podiam extrair na produção, no fazer do trabalho, o conhecimento teórico e prático que possibilitasse o desenvolvimento das forças produtivas. Este conhecimento seria possível a um número ampliado de homens que participavam do mesmo processo no domínio total da engrenagem produtiva, em que no dispêndio de energia física e intelectual no trabalho poderiam socializar o conhecimento apreendido no processo de trabalho. No caso do capitalismo em seu desenvolvimento, esse conhecimento é expropriado pela divisão técnica do trabalho numa espécie de aumento de dosagem da expropriação e da dominação dentro do próprio capitalismo.

Ao homem operário, que pensa, no processo de trabalho, como aumentar a produtividade da empresa, a ele e aos seus companheiros de trabalho não responderá a nada esse conhecimento que será apropriado pelo capitalista e expropriado do trabalhador, que não terá condições de pensar sobre o trabalho mesmo que nele haja disposição para isto, na medida em que lhe falta meios, acesso à terra, acesso aos instrumentos de trabalho que no capitalismo só é possível dentro das relações do capital, na concessão privada do uso dos meios de produção capitalistas, ou seja, na venda da força de trabalho humana.

O trabalho na manufatura é semelhante ao que o mesmo trabalhador realizava como pequeno produtor independente, mas o próprio fato de estar junto com outros trabalhadores o leva a produzir mais; há uma organização do trabalho, uma reserva de tempo ao trabalho. O resultado da produção de 20 trabalhadores isolados é, geralmente, muito menor do que quando trabalham no mesmo local.

Mais tarde, o capitalista percebe estas novas estratégias de aumento do lucro, diminuindo os custos. Em vez de todos realizarem o mesmo trabalho, pode-se especializar os trabalhadores em diferentes tarefas complementares. Por exemplo, um corta o couro, outro cose, outro cola as solas etc. Deste modo, em razão desta divisão técnica do trabalho, aumenta muito o rendimento ou produtividade do trabalho, isto é, aumenta a produção de sapatos por dia. Portanto, nenhum operário produz um produto final. O que se converte em

produto final é o produto comum de todos os operários. Essa divisão técnica das tarefas dentro de um mesmo processo de produção permite uma eficiência maior e, portanto, um aumento do rendimento do trabalho dos operários. (HARNECKER; URIBE, 1980).

Contudo, a capacidade pessoal para utilizar os instrumentos de trabalho continua a ser o fundamental neste modo de produção. O capitalista, apesar de ser dono dos meios de produção, não tem um controle total do processo, que depende de aptidões pessoais que escapam ao seu domínio. Ele procura ultrapassar estes limites, que depende da habilidade e eficiência pessoal do trabalhador, substituindo o trabalho humano pelas grandes máquinas industriais. Nesta etapa, o trabalhador perde o controle sobre os seus instrumentos de trabalho e fica sujeito ao ritmo, eficiência e tipo de atividade que lhe é imposto por uma máquina que é propriedade do capitalista.

A habilidade do trabalho é realizada pela máquina, simplesmente operada pelo trabalhador. Deste modo, o dono dos meios de produção passou a controlar a totalidade do processo de produção, ficando mais nítida a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, quando o trabalhador tem seu conhecimento substituído pela máquina numa busca social pelo aumento da produção, posta pelo capitalismo em primeiro lugar em detrimento das pessoas.

Esta é a diferença fundamental entre capitalismo e socialismo. A defesa do socialismo está no fato de que o capitalismo gera contradições e problemas sociais que não podem ser resolvidos nele, um sistema de desigualdades possivelmente atenuadas com reformas moderadas, e de desumanidade que não pode ser atenuada.

A desumanização capitalista não é fruto apenas da perda de direitos, visto que esta perda é elemento da perda da condição de classe burguesa, elemento que também enfraquece a luta dos trabalhadores na relação dialética entre as duas classes (como veremos mais adiante com as análises realizadas por Florestan Fernandes). **Mas, o elemento fundador da desumanização no capitalismo é a expropriação do próprio trabalho reduzido a emprego.**

Como destaca Marx (1996), o operário na grande indústria deixa de controlar não só as relações sociais de/na produção, mas também os seus instrumentos, ficando submetido às máquinas e passando assim a ser mais uma peça da engrenagem que é o processo de produção capitalista. Trata-se do desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista com a subordinação real do trabalho ao capital.

A grande indústria mecanizada acabou por submeter totalmente o operário ao dono do capital. O capitalista é o proprietário dos meios de produção e também é quem tem o controle total do processo, controle não realizado pessoalmente, mas através dos seus representantes que são chefes administrativos e gerentes. (Harnecker; Uribe, 1980).

As forças produtivas são energia com que uma sociedade conta para produzir. São constituídas por todos os elementos que intervêm na produção material: a força de trabalho, com a sua capacidade e grau de especialização; os meios com que se trabalha (instrumentos, máquinas, edifícios, etc. e a memória sobre a qual se trabalha). Elas não são uma simples soma destes elementos, mas dependem de como estes elementos se combinam.

Nos primeiros tempos da manufatura, os mesmos elementos que antes estavam dispersos no processo de produção individual (o sapateiro com os seus instrumentos), ao juntarem-se (muitos sapateiros no mesmo local) atingem um rendimento maior. E isso é muito mais acentuado quando se produz a divisão técnica do trabalho. A simples especialização dos trabalhadores dá origem a um rendimento do trabalho muito maior. (Ibidem).

O aumento da produtividade do trabalho depende, aqui, de como se organiza tecnicamente a produção, isto é, depende do tipo de relação que o trabalhador ou o conjunto de trabalhadores estabelecem com os meios de produção. O que estimula a criação desse tipo de relações técnicas de produção são as relações sociais de produção capitalista e as leis que se estabelecem a partir delas. A propriedade privada sobre os meios de produção e a necessidade que estes proprietários têm de ganhar sempre mais estimula-os a procurar novas técnicas de controle para aumentar a mais-valia. Já não é suficiente prolongar o dia de trabalho. Esse tem um limite fisiológico e um limite político imposto pela luta de classes.

Não há relações técnicas independentes de uma determinada estrutura de subordinação às relações sociais de produção. Portanto, se estas relações mudam, deve mudar também a organização do processo de trabalho, isto é, as relações técnicas de produção. É este o caso da transição para o socialismo em que a implantação das novas relações de produção (socialista) devem ser acompanhadas pela modificação da estrutura do processo de trabalho, de tal modo que este permita a apropriação real, pelos trabalhadores, do processo de produção, eliminando-se definitivamente a separação que o capitalismo estabelece entre o operário e os meios de produção.

A socialização das forças produtivas ultrapassa amplamente os limites da fábrica, do local da produção, dependendo fundamentalmente de dois fatos: a origem cada vez mais social dos meios de produção e o destino cada vez mais social do produto. Por origem cada vez mais social dos meios de produção deve-se entender o fato dos meios de produção terem a sua origem num número cada vez maior de ramos da produção ou de atividades econômicas. Deste modo, a agricultura primitiva, por exemplo, bastava-se a si própria, sendo o próprio camponês que fabricava os instrumentos de trabalho, preparava as sementes etc. Neste caso os meios de produção de origem não-agrícola eram poucos ou nenhum. Porém, à medida que se aperfeiçoaram as técnicas agrícolas, a agricultura vai necessitando cada vez mais de meios de produção que têm a sua origem em outros ramos econômicos: ferramentas mais complexas, tratores, debulhadoras, fertilizantes, inseticidas, energia elétrica, combustível. O mesmo acontece em outros ramos da indústria.

Observa-se que não é o caso de hoje ser possível esta socialização, visto que a divisão do trabalho tornou-se internacional, não havendo vantagens em uma associação latino-americana com as indústrias estrangeiras produtoras de sementes e fertilizantes dentro da cultura do agronegócio. **Nesta relação atual do capitalismo em curso na América Latina, não há espaço para a socialização das forças produtivas porque toda ela pertence ao capital que se expande, se “infiltra” em quase todos os espaços da produção, expansão crescente fomentada pela dominação territorial em altíssima escala.**

A socialização crescente das forças produtivas manifesta-se, portanto, no fato de que cada ramo da produção necessita cada vez mais de meios de produção que provêm de outros ramos. A agricultura depende da indústria química, extrativa, metalúrgica etc. Claro, isto ocorre

se a indústria química e demais forem expressão da divisão social do trabalho necessária ao desenvolvimento das forças produtivas, e não da divisão técnica e social que segmenta os ramos do conhecimento, que separa execução e planejamento da ação sobre a matéria. No primeiro sentido, a socialização é necessária, mas antes disso, possível e quase natural dentro da ordem, porque a ética que sustenta as relações sociais é a da cooperação social e desenvolvimento da espécie humana. Na segunda situação, no entanto, a socialização é estratégia a ser buscada com lutas e no desvendamento das contradições.

A socialização das forças produtivas não se limita apenas ao que se passa dentro da fábrica, mas diz respeito fundamentalmente à crescente interdependência dos diferentes setores da economia. Ela não tem lugar apenas no plano nacional, estendendo-se também ao plano mundial. Socialização das forças produtivas é, portanto, o caráter cada vez mais dividido e especializado do processo de trabalho, por um lado, e a interdependência cada vez maior dos diferentes setores de produção, de outro.

Os pequenos produtores independentes - um pequeno agricultor, um carpinteiro etc.- são pessoas que trabalham com seus próprios meios de produção, são donos dos seus instrumentos de trabalho; eles compram, caso seja necessário, a matéria prima, e vendem os seus produtos no mercado. Neste caso, não é posto em dúvida que os resultados obtidos pela venda dos seus produtos lhes pertencem, trata-se do valor criado pelo seu próprio trabalho. Mas, mais tarde, dá-se a concentração dos meios de produção nas grandes oficinas e fábricas. Estes já não podem ser postos em ação por um indivíduo isolado, ou melhor, não podem ser comandados por ele.

Outros trabalhadores destituídos destes meios de produção comparecem ao espaço de produção junto com outros trabalhadores como única alternativa de sobrevivência: vender sua habilidade, a qualidade do produto, ao capitalista. Os produtos, que agora são criados socialmente, ou melhor, controlados no domínio dos meios de produção, não ficam como propriedade daqueles que realmente operam os meios de produção, isto é, os verdadeiros produtores, mas passam para as mãos do dono dos meios de produção. Percebemos que há aqui uma contradição entre o caráter social da produção e a condição privada da apropriação capitalista. À medida que o capitalismo se desenvolve e expande, esta contradição vai se intensificando.

Esta contradição é cada vez mais evidente, porque **desde o início do modo de produção capitalista existe uma contradição entre o caráter privado da propriedade capitalista dos meios de produção e o caráter social que teve, desde o seu início, a força de trabalho.** Podemos agora perceber porque é que Marx afirmou que a contradição fundamental do capitalismo é a **contradição entre o caráter cada vez mais social das forças produtivas e a propriedade privada capitalista dos meios e produtos de produção cada vez mais concentrada.**

Se tivéssemos todos os trabalhadores operando os meios de produção livremente, associados na produção por escolha e habilidade socialmente construída, divididos de acordo com a identidade nata com seu território, trocando produtos de acordo com suas necessidades de consumo, não estaríamos sob o capitalismo.

A interdependência dos diferentes setores da economia no capitalismo só poderá se dar em favor da reprodução do capital e não em favor da manutenção da vida humana na preservação de suas múltiplas dimensões. A repartição da mais-valia gerada na produção na extração de lucros entre industriais, banqueiros e comerciantes, corresponde à separação do capital total em capitais específicos (industrial, bancário e comercial). Como todos os capitalistas (industriais, banqueiros ou comerciantes) têm no lucro a sua ação, é fácil compreender porque entre eles reina uma intensa concorrência, não apenas entre esses grupos, mas entre os componentes de cada grupo. A natureza dessa concorrência transforma-se com o aperfeiçoamento dos monopólios.

Qualquer que seja sua natureza, a concorrência é um componente da dinâmica do *modo de produção capitalista*, a ponto de dizermos que não existe capitalismo sem concorrência, e que, se esta está em crise, do mesmo modo está o sistema capitalista.

As crises próprias do *modo de produção capitalista* são inteiramente diferentes. Se, nas crises pré-capitalistas a diminuição da força de trabalho como fruto de epidemias e guerras provocadoras da morte dos trabalhadores é o que ocasiona a diminuição da produção, na crise capitalista ocorre exatamente o contrário. É a redução da produção que ocasiona a diminuição da força de trabalho utilizada, isto é, o desemprego estrutural.

A crise capitalista aparece inversamente à crise pré-capitalista, como uma superprodução de valores de uso. Não há insuficiência na produção de bens, não há carência de valores de uso; o que ocorre é que os valores de uso não encontram escoamento, não encontram consumidores que possam pagar o seu valor e quando isto acontece os capitalistas tendem a travar a produção; na crise capitalista, a oferta de mercadorias torna-se excessiva em relação à procura, restringindo ao limite a produção. (NETTO; BRAZ, 2007).

Ao analisarmos a formula geral do movimento do capital D-M-D', o capitalista investe dinheiro para produzir mercadoria com o único objetivo de produzir mais dinheiro do que investiu. A mercadoria produzida só se realiza quando pode ser convertida em mais dinheiro. A crise representa a interrupção desse movimento: a mercadoria produzida não se converte em mais dinheiro. Desta maneira, a acumulação do capital não pode prosseguir.

A mercadoria e seu fetiche são relações atuais. A produção mercantil surgiu sob o escravismo, desenvolvendo-se já no feudalismo, principalmente a partir do século XIII. Ela supunha a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção. No escravismo, ela resultava principalmente da atividade dos artesãos (que desfrutavam da condição de trabalhadores livres, embora parte do excedente produzido pelos escravos pudesse ser trocada pelos seus proprietários).

Sob o feudalismo, no decorrer do século XIII, o contingente dos artesãos aumenta, e às suas mercadorias se soma o excedente produzido pelos camponeses e o destinado à troca. Em sua configuração mais geral, essa produção de mercadorias que se designa como produção mercantil simples estava estruturada sob dois pilares: o trabalho pessoal, e o fato de artesãos e camponeses nela envolvidos serem os proprietários dos meios de produção que empregavam. **Originariamente, esse tipo de produção não implicava relações de exploração: o camponês trabalhava solidariamente com membros da sua família e o mestre artesão compartilhava as condições de trabalho e vida de seus aprendizes e jornaleiros.** Este tipo de produção destinava-se basicamente a um mercado restrito, quase sempre de âmbito local, no qual **os produtores conheciam as necessidades dos compradores.** (NETTO; BRAZ, 2007).

O desenvolvimento do comércio no século XIII contribui para aumentar a produção mercantil simples. Com a crescente intervenção dos comerciantes, os mercados locais perdem sua importância, são diversificados e estendidos e, em alguns casos, substituídos por outros graças à ampliação das rotas comerciais. Antes dessa crescente intervenção, o produtor levava ao mercado a sua mercadoria para vendê-la a fim de obter as outras mercadorias de que carecia para o seu consumo pessoal ou as matérias-primas e instrumentos necessários à constituição do seu trabalho. Podemos simbolizar o processo de circulação característico da produção mercantil simples com a seguinte expressão: M-D-M (Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria). (Ibidem).

O produtor não tinha como objetivo central a posse do dinheiro e o seu acúmulo. O dinheiro era meio de troca, funcionando com simples intermediação entre mercadorias diferentes. Na escala de um mercado local, a circulação de mercadorias era restrita, passando quase que diretamente das mãos do produtor às mãos do consumidor. Com o aumento da demanda de mercadorias e com o aumento da expropriação que acarretava a substituição do trabalho pelo emprego. É aumentada também a circulação do dinheiro, visto que agora vendiam a força de trabalho em troca de dinheiro para a obtenção de novas mercadorias para o seu uso. O dinheiro não era meio de troca entre mercadorias, visto que a força de trabalho, ao ser vendida, representava já um fracionamento na produção de mercadorias advindo da exploração. (Ibidem).

A mercadoria é o elemento fundamental na leitura da sociedade capitalista, visto que na sua produção (instrumentos, matéria e força de trabalho) se gera o valor. Na leitura do capitalismo é importante analisarmos como o valor se multiplica junto à compreensão de como ele se produz, problema fundamental discutido por Marx em “O Capital”.

É a dependência recíproca de todos os produtores que gera a necessidade de um mediador generalizado na necessidade permanente da troca e do valor de troca, fazendo com que os produtos do trabalho assumam a o caráter de mercadoria. Os objetos úteis, frutos de trabalhos concretos, qualitativamente determinados, de produtores privados independentes, assumem esta face porque necessitam ser trocados. Podem ser trocados, porque contêm uma substância comum, mais além de sua qualidade determinada: trabalho humano coagulado,

medido pelo tempo – tempo de trabalho socialmente necessário - o que permite estabelecer a relação de equivalência entre mercadorias qualitativamente distintas, relacionando-as entre si.

O processo de produção capitalista de mercadorias se realiza sob o comando do capital, congregando e reproduzindo forças produtivas, relações sociais de produção e concepções espirituais de mundo. Este movimento abrange as esferas da produção e da distribuição de produtos, a criação de valores e mais-valia e sua realização no mercado.

Analisando os “Grundrisse”^{vi}, Iamamoto (2007, p. 376) ressalta que, no capitalismo, a condição mercantil é a necessária e geral dos produtos do trabalho e dos meios de vida. “Espraia-se no conjunto da vida social, atingindo a força de trabalho do trabalhador ‘livre’ tornando o trabalho assalariado”. Este, entretanto, só é criado em sua plenitude, quando a ação do capital alcança também a propriedade da terra, expressa através da renda fundiária capitalista, ou seja, quando a terra, como natureza, deixa de ser fonte direta de subsistência, arrancando os “filhos da terra do seio que os criou” para tornar-se fonte mediada de subsistência, completamente dependente das relações sociais. A propriedade capitalista da terra transforma a agricultura, possibilitando uma difusão do trabalho assalariado e a aplicação dos resultados acumulados pela ciência no desenvolvimento das forças produtivas. Deste modo, assim como a mercadoria é unidade imediata de valor de uso e valor, o processo de produção capitalista de mercadorias é unidade imediata de processo de trabalho e de criação de valor e de mais-valia.

Na sociedade capitalista, o ponto de partida é o processo imediato de produção, é o capital na expressão dinheiro, de grandeza definida, empregado para a busca do seu crescimento, o que, para o capitalista como persona do capital, aparece como intenção ou finalidade do uso de algo que lhe pertence. Assim, o fim e o resultado do processo de produção representam a conservação do valor inicialmente adiantado e a produção de um valor excedente, mediante apropriação de trabalho não pago: a produção de mais-valia.

Para Marx (1980), o pressuposto da existência do capital é o trabalhador livre: o capital tem origem nas condições do trabalhador livre. A separação do indivíduo com relação às condições do seu trabalho: o agrupamento de muitos em torno de um capital. A reprodução do

valor, para além daquela relacionada à reprodução da força de trabalho, é relação que também só é possível com o adicional *força de trabalho humano*, mesmo que estejamos nos referindo a atividades de alta tecnologia, visto que estas também requerem planejamento para a execução das vendas e esforço humano.

O fim do capitalismo não está condicionado ao fim da produção de mercadoria - embora ela seja a célula base de compreensão desta sociedade - mas ao fim da apropriação privada e da expropriação que possibilitam a extração da mais-valia na produção de mercadorias. Eu posso produzir mercadorias e vendê-las no mercado. Ainda posso viver da venda dessas mercadorias, o que não me dá elementos suficientes para afirmar que vivo sob o capitalismo, que as relações sociais predominantes são as capitalistas. Até então só posso dizer que realizo trocas, que há valor de troca em minhas mercadorias e, não necessariamente, *valor* - fruto do trabalho abstrato e da força de trabalho humana que inclui a medição do equivalente para retirada da mais-valia.

Porém, quando compro um montante de mercadorias que não são úteis para o meu uso, compondo um pequeno excedente, na intenção de revendê-las por um preço maior do que aquele que as comprei junto ao produtor direto, também sou capaz de obter lucros. Também sou capaz de viver a partir dessa revenda sem o esforço do trabalho direto com a mercadoria. Muito cuidado é necessário na leitura dessa afirmação que não quer dizer que possamos viver sem mercadoria no capitalismo, ou seja, sem trabalho em sua dimensão concreta e abstrata no superdimensionamento desta última característica em detrimento da primeira que não se extingue, mas se aliena no capitalismo.

A afirmação deste item é: As mercadorias, no capitalismo, parecem ganhar *valor* por si só. Elas estão fetichizadas, com alto grau de circulação que aparentemente está independente da produção. Como se as mercadorias criassem valor por si só, sendo esta aparência cotidiana quando compramos e revendemos, por exemplo. Isto é feito sob condições tamanhas de fracionamento e fragmentação do trabalho na produção que perdemos a dimensão real do valor das mercadorias e a dimensão real do valor do trabalho que já se aliena no terreno da produção.

Estamos descrevendo uma relação tal como se estabelece no comércio, nas feiras, destacando a importância de pensarmos sobre este ponto, considerada a importância que tem sido dada no capitalismo ao investimento do homem em sua autonomia, no seu “empreendedorismo” numa negociação de mercadorias.

Acontece que esta relação de vendas no mercado é fruto da organização social dos bens da natureza, organização que antecipa a revenda de mercadorias, fazendo com que tenhamos duas situações sociais diferenciadas. Aqueles homens que podem escolher livremente revender mercadorias para aumento do seu lucro - podendo contar com um excedente acumulado como seguro aos riscos do negócio -, e homens que o farão como complemento salário.

Vejamos que não estamos falando exclusivamente da "classe média" nem da alta elite que em tudo pode investir e arriscar com subsídios. Estamos falando também do ambulante, dos homens que vendem todo o tipo de mercadoria que não produziu e sobre a venda da qual esperam lucrar. Notamos que há dependência indireta desses revendedores que compram da empresa consumidora principal da produtora (indústria, empresa) mantendo sempre a relação de lucro obtida na venda da indústria ao revendedor principal que é sempre maior. É sempre maior porque parte da dominação, porque parte da expropriação que permite formar excedentes construtores dos meios de produção.

Sob esta mesma condição não vive um produtor que produz sozinho um montante de produtos e depois os vende sobre determinado preço ao consumidor, que os revende pelo dobro do preço. O revendedor neste caso poderá até lucrar mais que o produtor se conseguir um público que possa pagar o que ele deseja de lucro, poderá também comprar a força de trabalho do produtor direto e ampliar o negócio num investimento em lojas equipadas e anúncios; só não poderá, porém, desfazer-se deste produtor direto deste artesão que possui o conhecimento e a habilidade do trabalho. Isto não poderá acontecer até que se acumule o suficiente, e não apenas por esta atividade de vendas, mas com o adicional de algum capital para o desenvolvimento de máquinas e para a reprodução da habilidade do artesão. Quando isto acontecer ele (o artesão) estará totalmente alienado e não extinto do capital, a ponto de não poder mais desenvolver o seu trabalho como o fazia antes.

O capitalismo, portanto, é um sistema que permite o fortalecimento da classe burguesa, tornando possível que mais pessoas repitam esta engenhosa relação capitalista na busca do lucro, reforçando o princípio motor do desenvolvimento desta sociedade. Porém quem poderá permitir a estas frações de classe realizar este tipo de investimento é o próprio capitalista que hoje executa estas ações via sistema de créditos, que contribui para a alienação na divisão do excedente da classe média alta e na expropriação do que foi acumulado, poupado pelo trabalhador numa relação longa que torna o trabalhador dependente destas relações numa conquista de aliados e simpáticos ao sistema capitalista empreendedor, gerador de créditos.

Esta pode ser a situação analisada em países centrais como os Estados Unidos e países da Europa. Porém a América Latina possui uma particularidade inerente ao desenvolvimento do seu capitalismo e no desenvolvimento das classes sociais brasileiras que nos exige afirmar, sob a influência de Florestan Fernandes (1981a), que a burguesia é dependente economicamente das frações externas que promovem a expropriação em escalas tão altas que ameaçam a existência da própria burguesia brasileira. Digo que não ameaça aqueles que hoje fazem parte da burguesia brasileira, mas a sua futura geração, visto que os burgueses atuais vivem com estas frações externas uma relação baseada em resultados de curto prazo, em lucros altamente elevados e imediatos às custas da superexploração da sua classe antagônica (os camponeses, operários, trabalhadores de serviços etc.), que sobrevive com o sistema de créditos e com o assistencialismo governamental, conservador.

Para além disso, a burguesia local brasileira perde progressivamente o território que é fonte do acúmulo do seu capital pelo avanço desenfreado das frações externas. Hoje a burguesia brasileira talvez, percebendo o grau de sua dependência, avança sobre os demais territórios latinos numa negação do rompimento dos privilégios que mantém na associação com a fração burguesa externa.

Constatamos, que nem todos podem optar em revender antes de produzir, a não ser que já estejam asseguradas a este homem - por herança familiar acumulada, por expropriação de territórios - todas as suas carências básicas de sobrevivência (alimentação de modo que ele sobreviva, água suficiente para que ele viva). Isto é, a não ser que esta escolha seja fruto do aparecimento de outras necessidades, o que se dá apenas quando as relações sociais e sua complexidade crescem significativamente.

1.2 A ontologia do ser social e a ontocriatividade no tempo do capital e do seu fetiche

O trabalho em sua ontologia é compreendido numa relação entre o homem e a natureza, por meio da qual ele satisfaz suas necessidades, realizando suas aspirações e fazendo escolhas a partir de uma relação causal, teleológica etc., com o objeto a ser transformado. De acordo com Lukács (1978, p. 4), a essência do trabalho reside no ir além da competição biológica dos seres vivos com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório, humanizador, é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência - compreendida não como a consciência em si ou para si, mas como a capacidade teleológica. O produto do trabalho aparece como um resultado que no início do processo existia de modo ideal, na representação do trabalhador^{vii}.

A dimensão concreta do trabalho nos permite revelar o que lhe é comum em todas as épocas históricas, porém a história nos traz novos elementos que urgem serem considerados, elementos que não mais potenciam esta dimensão criadora e humanizante. Na renovação da ontologia marxiana, deve-se dar igual importância a ambos os aspectos, destacando a prioridade do elemento material na essência, na constituição do ser social.

A divisão do trabalho na sociedade capitalista pôs de um lado o pensamento, planejamento sobre o trabalho, e de outro a sua execução prática. Junto com isto, o homem é alienado de si mesmo, de sua atividade fundante, criadora. Neste sentido, na sociedade capitalista o trabalho desumaniza o homem, pois o seu produto lhe é estranho. Esta ontocriatividade está limitada, permitindo ao homem comum apenas o conhecimento técnico-prático. O produtor não executa o trabalho pensando em sua função social, mas na possibilidade de valorização presente no processo de trabalho organizado.

Nem toda divisão do trabalho social confere valor ao trabalho: é na sociedade mercantil burguesa que a distribuição do trabalho não é regulada diretamente pela sociedade, mas pelo mercado na troca de mercadorias. Nela, o trabalho da sociedade é organizado por meio de produtores isolados, formalmente independentes uns dos outros. O valor das mercadorias expressa uma relação de produção entre pessoas que estão vinculadas entre si através das

coisas. Neste sentido, o valor é uma determinada relação social tomada como coisa.^{viii} (IAMAMOTO, 2007, p. 60-61).

Na sociedade capitalista, as relações humanas assumem o caráter de relações entre coisas, relações reificadas entre pessoas. Nela, a satisfação de necessidades não se dá mais pela relação direta com os outros, mas pela relação com os produtores, que é obscurecida. Marx denuncia que as características sociais próprias do trabalho humano – que é a dimensão da humanidade presente nas coisas - desaparece. Desaparece o trabalho como auto-objetivação humana, como criação, dando lugar a relação entre coisas. (Ibidem)

Em Lukács (1978; 1981), o trabalho e seus derivados (sociabilidade e a linguagem) são tomados como complexos categoriais decisivos do ser social, demonstradores da visão ampliada do trabalho em sua ontologia. Destaco a preocupação demonstrada pelo autor em não cair em análises idealistas sobre o trabalho. Porém, segundo as interpretações de Marilda lamamoto (2007), Lukács se distancia da historicidade fundamental ao método de Marx^{ix}. Uma das questões fundamentais que Lukács nos ajuda a recuperar é a dialética hegeliana do método marxista que não é apenas materialista histórico, mas também dialético. O autor nos coloca a urgência de trocarmos as concepções historicistas do marxismo e sua redução ao materialismo histórico por um método histórico-sistemático.

Alguns pesquisadores tendem a pensar o processo de produção exclusivamente como processo de trabalho criador de produtos, abstraindo as qualidades especificamente sociais desse mesmo processo como processo de valorização: criação de valor e de mais-valia. Muitas vezes não atribuem visibilidade às específicas relações sociais por meio das quais se realiza a produção, nem às concepções de mundo que as formam.

De acordo com Kosik (1976), a concepção ontológica ou ontocriativa do trabalho requer uma análise desta atividade como pertencente ao gênero humano, com características especificamente humanas guardadas em sua essência que são conservadas nos diferentes modos de produção da existência humana. Neste sentido, para o autor, trata-se de uma visão filosófica e genérica, diferente da compreensão do homem fundamentada na economia e na sociologia, em que são consideradas as determinações históricas e específicas assumidas pelo

trabalho nos diferentes contextos e tipos de sociedade (assalariada, servil etc.). Para o autor, as análises sociológicas do trabalho pretenderiam superar um suposto caráter abstrato e metafísico, presente em leituras filosóficas, na busca de entender sobre o termo trabalho, chegando assim aos seus processos e operação - baseando-se equivocadamente, segundo o autor, na representação cotidiana do trabalho e em sua sistematização sociológica, não pensando esta atividade em sua essência e generalidade.

O autor ainda nos diz que a intenção central de uma interpretação filosófica do trabalho é a investigação de sua essência, do que lhe é ontológico e originário, da capacidade criativa e transformadora da ação do homem em sua relação com a natureza, relação ontológica e originária, conservada na essência do trabalho. Neste sentido, a investigação filosófica do trabalho torna-se uma investigação do que é o homem, do que o humaniza. Assim,

[...] a problemática da “filosofia do trabalho” manifesta-se como um corolário que acompanha a indagação: que é o homem? [...] A filosofia não oferece uma análise dos processos de trabalho na sua totalidade e desenvolvimento histórico: trata de um único problema: o que é trabalho. [onde está implícito “o que é o homem?”] (KOSIK, 1976, p. 178-179).

O autor propõe uma discussão filosófica não-metafísica, baseando-se numa discussão sobre o sentido das palavras que corre o risco de tornar-se uma discussão epistemológica, onde o problema central parece estar no deciframento do que é o trabalho, sem passar pelos determinantes históricos. Sem sombra de dúvidas é importante este exercício de categorização, quando saímos do concreto para o concreto pensado, porém esta discussão não se basta.

De acordo com lamamoto (2007), cabe pensarmos as implicações de uma análise do trabalho apenas sob o ponto de vista do trabalho concreto, tal como nos propõe Lukács em História e Consciência de Classe (LUKÁCS, 2003). Vista apenas sob o ângulo da criação (expressa no trabalho concreto), a condução da prática profissional pode reduzir-se a um “voluntarismo messiânico” – que superestima os propósitos do sujeito individual e as possibilidades transformadoras das profissões, dentre as quais se insere a de professor -, como se a determinação da vida social fosse um produto da qualidade do trabalho, da

habilidade do profissional. Dentro desta perspectiva, tanto na Educação quanto em outras profissões, reivindica-se que a formação privilegie a construção de estratégias, técnicas e formação de habilidades e metodologias inovadoras – centrando-se na preocupação com o “como fazer”. Esta é uma análise a ser considerada pelos educadores praticantes da “educação para a liberdade”, da “educação popular”, que trabalham com movimentos sociais como o MST^x.

Aqui problematizamos as expectativas criadas neste modelo de educação, as expectativas daqueles que educam e que são educados pela educação emancipadora - jovens e adultos que estão em idade produtiva. Quais são os fundamentos da educação emancipadora? Como ela se concretiza? Como a escola emancipadora pensa o trabalho? Sabemos que na construção do socialismo não podemos ficar restritos ao desenvolvimento da consciência humana, à descoberta e entendimento pelo trabalhador da sua situação de exploração, nem tampouco às expectativas de ocupação de postos profissionais mais autônomos dentro da sociedade do capital fetiche em que somos “levados” a confundir emancipação com autonomia e empreendedorismo. É necessário nos perguntar sobre as bases concretas para a emancipação.

Seria importante, em momentos posteriores, nos perguntar sobre as expectativas daqueles que educam e que são educados (jovens e adultos que estão em idade produtiva) pela educação emancipadora. Quais são os fundamentos da educação emancipadora? Como ela se concretiza? E o principal: Como esta escola pensa o trabalho?

Qualquer trabalho a ser realizado exigirá que os sujeitos garantam sua subsistência, sendo a primeira condição histórica humana a existência de seres humanos vivos. Qualquer proposta de educação emancipadora na atualidade convive com a inserção dos trabalhadores na ordem capitalista, e a determinação desta situação não pode ser desconsiderada dentro de uma avaliação crítica. Mesmo que a escolha feita pelo trabalhador seja a de produzir material artesanal (jarros) com o barro de sua própria terra, ele terá que desenvolver habilidades. Mas, na sociedade capitalista, o homem - na produção do jarro - não o produzirá a seu bel prazer, para ter a venda do jarro como fonte de renda, pois ele terá que inteirar-se, “assuntar” sobre as vendas na região, conhecer se vendem produto semelhante ao seu e, fundamentalmente,

conhecer os preços para que tenha maiores chances de atender a necessidade de uso social da região e suas necessidades diversas.

A liberdade em Lukács é um ato que consiste na tomada de decisões entre alternativas. Tais decisões são influenciadas pelas causalidades naturais e pelas causalidades determinadas, tanto naquelas ocorridas nas posições teleológicas primárias quanto nas secundárias. No entanto, na teleologia secundária, a incerteza quanto ao resultado da ação é mais ampla, haja vista que ele depende da maior interação entre os seres sociais. Organista (2006) destaca que nas posições teleológicas secundárias, a liberdade gerada *no e pelo* trabalho se desdobra para além dele e se expressa na práxis social, num movimento de elevação da consciência. A liberdade apontada por Lukács no sentido da teleologia, é reduzida no capitalismo, onde ela possui um sentido diverso de emancipação, que pressupõe o fim das classes. A liberdade humana na sociedade capitalista está limitada, tolhida. A liberdade na sociedade capitalista encontra-se limitada, quando consideramos que os sujeitos não podem fazer escolhas quando buscam empregar-se. Neste sentido, a emancipação não requer simplesmente um pôr teleológico, porque este estará sempre condicionado por uma realidade em que o homem continua obrigado a vender sua força de trabalho.

Para Lukács (1978), as condições materiais de existência diversificadas determinam as ações individuais; a liberdade, como característica do homem que vive na sociedade e age socialmente, jamais estará isenta de todo determinismo. Isto é, as decisões individuais são sempre construídas dialeticamente (numa relação entre consciência e determinações objetivas).

Todas as decisões subjetivas estão, para Lukács, sustentadas pela realidade objetiva, havendo uma relação ineliminável entre liberdade (posições teleológicas) e a necessidade (causalidades) que tem como objetivo a reprodução dos complexos sociais, síntese das ações singulares. A liberdade é um construto social e sua realização é condicionada pelo conjunto das relações sociais que orientam a base alternativa concreta, exigindo na análise de sua concretização, uma articulação com o devir-humano dos homens, quando consideramos ser na contrariedade entre indivíduo e gênero que se coloca a possibilidade da consciência se elevar na direção do reconhecimento das necessidades genéricas. Isso porque na interpretação do marxista húngaro, a liberdade se relaciona e se afirma no desenvolvimento humano-genérico,

sendo a emancipação possível pela consciência que permitirá ao homem fazer escolhas em favor deste desenvolvimento genérico, favorável à preservação da espécie. A consciência é elemento fundamental para Lukács na construção da emancipação. (ORGANISTA, 2006, p. 141-150).

Compreendo ser a liberdade, no sentido marxiano, mais que um ato de escolha do indivíduo sobre a situação objetiva, sendo, portanto dependente da condição material de cada sujeito. Nesse sentido, uma escolha coletiva só poderá ser realizada coletivamente se forem encontradas saídas coletivas no campo material. A liberdade esperada pela classe trabalhadora parece ter sentido mais amplo que a liberdade imposta pela classe burguesa. Como nos diz Marx (1996), a libertação da classe trabalhadora pressupõe o fim das classes.

Em Lukács, é possível (e necessário) a eliminação da individualidade que têm seus laços marcados pelas vontades e interesses estranhados, em oposição à individualidade que desenvolve e é desenvolvida a partir da relação dialética com a generalidade humana. Aqui consideramos importante reconhecer que o indivíduo social é marcado por contradições e que a eliminação desta individualidade contraditória requer um processo de confronto consciente com a experiência – confronto este que pode ocorrer com a ajuda dos intelectuais (orgânicos) através da práxis educativa e do Partido Político^{xi}. Ainda, é importante considerar que o indivíduo muitas vezes se vê forçado a tomar determinadas escolhas, no processo de trabalho, estranhas aos seus interesses de classe, porque é necessário sobreviver no trabalho (marcado por relações subjetivas que expressam o interesse objetivo dominante).

São os homens organizados que poderão pensar saídas à condição de exploração no campo da subjetividade e da objetividade (complementares e indissociáveis). É neste sentido que caminha o MST, que pensa estratégias para a conquista da hegemonia proletária e camponesa, pensando não somente a reforma agrária (passo fundamental para a emancipação), mas também a formação da consciência que permita aos trabalhadores fazerem escolhas que favoreçam a preservação do ser humano em detrimento do indivíduo liberal.

1.3 A emancipação humana via uma nova relação trabalho-educação

Como destaca Tonet (2005), a emancipação humana é valor resultante da singularidade de classe. Isto requer o reconhecimento de uma sociedade dividida em classes antagônicas, onde a liberdade será resultante da luta de uma das classes contra o sistema de exploração. Ela não se conquista apenas na busca pela emancipação política, sendo antagônica à liberdade individual burguesa gerida no seio da economia neoclássica. A liberdade, como nos diz Guevara (1991), não existirá até o desenvolvimento completo da sociedade nova.

A liberdade individual - reclamada pelos críticos à revolução – é, no socialismo, o completo aproveitamento de todo o indivíduo em benefício total da coletividade. Não há anulação do indivíduo, mas sua ressignificação sob uma nova ética na construção do socialismo. O homem, através da educação e da compreensão do seu papel na comunidade, terá a possibilidade de afastar-se da alienação e, com isso, maior liberdade no exercício de sua plena individualidade, explicitada nas mais variadas expressões da vida social. A guerra revolucionária só deveria ser iniciada como último recurso. Assim, “Che” destaca o papel da vanguarda como guardiã de uma verdade a ser vivida, sendo importante por sinalizar às massas a ética que os homens buscam para a realização da sua humanidade. Esta luta na busca pela humanidade do homem não traduziria um humanismo idealista, mas a busca pelo fim da alienação do homem pelo homem. (Ibidem).

Além disso, o indivíduo alienado tem um "cordão umbilical" invisível, a lei do valor, que o liga a sociedade no seu conjunto, atuando em todos os aspectos de sua vida, modelando seu caminho e seu destino. Na desalienação, a nova sociedade deve estar na ordem do dia, sendo construída ainda no capitalismo junto a uma vanguarda que tenha tradição de luta, sendo combativa contra o capital, unificadora das massas, com ampla capacidade de convocatória. Esta nova sociedade e essa nova ética já vividas pelos movimentos sociais mais combativos deve ganhar espaço, deve aflorar de dentro dos movimentos organizados para o conjunto da sociedade; deve revelar a síntese dos trabalhadores organizados, a explosão da sua indignação embasada num potencial deciframento do real.

A "população" carece de exemplos da vida social, precisa perceber o que a motiva à luta, o que pode ganhar numa adesão aos movimentos sociais que requer, em primeiro momento, homens e mulheres com disposição pra luta, reunindo os motivados pelo conhecimento, pela necessidade, e, num segundo momento, "o povo" com consciência revolucionária. A vanguarda deve ser organizadora da luta pelo socialismo, ela deve saber que lutando não devem estar apenas os conscientes, mas todos aqueles que têm um objetivo estratégico comum.

A nova sociedade em formação deve competir muito duramente com o passado. Isto se faz sentir não apenas na consciência individual, na qual pesam os resíduos de uma educação sistematicamente orientada para o isolamento do indivíduo, mas também pelo próprio caráter desse período de transição, onde permanecem as relações mercantis. A mercadoria é a célula econômica da sociedade capitalista; enquanto existir, seus efeitos se farão sentir na organização da produção e, em consequência, na consciência [...]. **O grupo de vanguarda é ideologicamente mais avançado que a massa;** essa conhece os novos valores, mas insuficientemente. Enquanto nos primeiros se dá uma mudança qualitativa que lhes permite sacrificar na sua função de vanguarda, **os segundos apenas seguem e devem ser submetidos a estímulos e pressões de certa intensidade;** é a ditadura do proletariado que se exerce não somente sobre a classe derrotada, mas também individualmente sobre a classe vencedora. (Ibidem, p. 27 e 30, grifos meus).

A importância da educação na luta contra a alienação não era preocupação apenas de Guevara, mas também de outros pensadores latinos como José Martí (1977), que, ao destacar o potencial de resistência e luta da educação, afirmava ser esta o único meio dos homens estarem a salvo da escravidão, pois um povo ignorante é passível de ser enganado.

É em diálogo e ação constante com o campo concreto que conhecemos os caminhos da luta, a força dos trabalhadores, as áreas estratégicas do capital e sua fragilidade, sendo os movimentos sociais fundamentais nesta mediação homem - realidade. Sem esse diálogo, a educação será encarada como campo independente do conflito de classes, não dando respostas concretas para a construção de outra sociedade, sem instrumentalizar a luta. É exatamente desta imbricada relação teoria-prática, da práxis revolucionária que se estabelece

no contato dialético entre ação e teoria na construção da teoria revolucionária, que os movimentos sociais e educadores necessitam.

Neste caminho, é fundamental que os educadores estejam ativos junto aos trabalhadores no desvelamento das teorias hegemônicas na disputa por categorias fundamentais aos trabalhadores. Na economia burguesa se confere êxito à liberdade superficial do mercado, descrevendo uma aparência superficial do capitalismo e fazendo uma análise do ponto de vista do contrato social, da esfera jurídica do trabalho. Os homens figuram como livres por poderem escolher a empresa que trabalhará, “podendo” aceitar ou não as condições trabalhistas colocadas pelo empregador. (FRIGOTTO, 2001).

Esta leitura burguesa convive com uma posição idealista que supõe que, independente da maturidade das condições objetivas, podemos submeter estas últimas ao controle humano. Aparentemente, esta leitura nos fala da história e do seu movimento progressivo, operando mudanças; mas, ela traz a ideologia de que os homens fazem a história em condições determinadas por eles próprios em seu tempo. Aqui não é considerada a ação do passado sobre o presente, a herança deixada por outros homens que não se derruba instantaneamente, pois ela é reveladora de concepções de mundo, de ideologias, de instituições burguesas. O homem no presente vive sob um passado determinado e é nesta leitura que se opera o debate sobre a emancipação humana que demanda uma análise social e crítica histórica. Marx (1961, p. 203) nos lembra que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado”; isto é, a realidade concreta estabelece, ela mesma, um campo concreto de possibilidades.

O trabalho para além de ser uma mediação que permite o salto ontológico, (do homo sapiens ao homo faber) continua a ser fundamento do ser social na medida em que é condição natural e eterna da vida humana, independente de como ele se realize. Daí a importância dos aspectos históricos não negarem a sua ontologia, e esta, por sua vez, não ser considerada descolada dos processos históricos que apontam as mudanças nas relações entre os homens na produção, mesmo que o fundamento base (exploração) permaneça inalterado. Para aqueles que não partem desta compreensão (ontológico-histórica), a liberdade pode significar ausência de trabalho, o ócio. Liberdade é sinônimo de mudança nas bases de produção da sociedade, o

issn: 1808-799X

ano 6 - número 7 - 2008

que implica o aprendizado de novas relações de sociabilidade, um novo uso da tecnologia, a construção de uma nova epísteme. A formação na *escola de trabalho* e nos diferentes outros espaços, aparece como mediação fundamental para este processo.

A liberdade tão sonhada, de que falam os trabalhadores em suas aspirações ao socialismo é tomada aqui como emancipação humana. É a emancipação humana e não a liberdade "oferecida" pelo capital que se aproxima das expectativas dos trabalhadores/movimentos sociais, do seu interesse de classe. A liberdade, pelos liberais, tem ferido o sentido semântico do termo construído pelos trabalhadores, colocando como única alternativa o impraticável: a liberdade dentro de um sistema de exploração. A venda da força de trabalho como construtora da liberdade.

A formação na escola para o mercado e nos diferentes outros espaços aparece como mediação que fomenta decisivamente esta leitura do mundo.

[...] Para Marx, a História da humanidade se divide em dois grandes períodos: a Pré-História e a História propriamente dita. O primeiro vai dos primórdios da humanidade até a extinção das classes sociais. O segundo começaria com a extinção das classes sociais, com tudo o que elas significam, e abriria um novo período, radicalmente diferente, da autoconstrução humana. Por que Marx faz esta divisão? Por que entre estes períodos há uma diferença essencial. E esta diferença está exatamente na questão da liberdade. No primeiro, embora haja graus e formas diferentes de liberdade, seu nível máximo jamais pode ultrapassar o caráter jurídico-político. Sendo assim, ela é fundamentalmente parcial e limitada. No segundo ela se apresenta sob uma forma real, integral e essencialmente ilimitada, ou seja, é uma forma de liberdade que expressa o homem como um ser integralmente livre. É a este segundo período que Marx chama de comunismo, reino da liberdade e emancipação humana. E é neste preciso sentido que utilizaremos a categoria da emancipação humana. (TONET, 2005, p.130).

A conquista da liberdade divulgada pelo capital depende dos sujeitos, do direito à participação política, à expressão, do investimento do homem em si. Ela é traduzida pelo acesso livre ao mercado, possibilitando ao sujeito ter o que quiser, ir aonde quiser. O desafio aos trabalhadores é problematizá-la. Como nos aponta Tonet (Ibidem), para compreensão da emancipação humana, devemos começar identificando o seu ato fundador, o trabalho. Quando

falamos de emancipação humana usamos a expressão de Marx: trabalho associado. Este trabalho é definido a partir de relações que os homens estabelecem entre si na produção material e na qual eles põem em comum as suas forças, detendo o controle da integralidade do processo, desde a produção, passando pela distribuição e consumo.

No trabalho associado, o produto total é um produto social, sendo uma parte dele utilizada como novos meios de produção e a outra parte consumida pelos membros da comunidade. Neste tipo de trabalho as forças dos produtores são reunidas por uma decisão livre e consciente dos trabalhadores e não por um poder que lhes é estranho, alienado. De modo diferente, no capitalismo a associação no trabalho lhes é imposta por um poder alheio “que não só lhes rouba o domínio, mas também a compreensão sobre as suas relações, ao passo que naquele os produtores podem compreendê-las e controlá-las.” (Ibidem, p.135).

No trabalho associado, existe a intenção de controle social/domínio consciente e coletivo dos produtores sobre o conjunto da produção, consumo e distribuição. O objetivo final do trabalho sob estas bases é a satisfação das necessidades humanas e não a reprodução do capital. Compreendemos que o trabalho de modo geral se dá numa relação permanentemente imbricada entre reino da necessidade e reino da liberdade, onde não existirá a ausência de carências e necessidades a serem satisfeitas e, portanto, a ausência de trabalho. Todo trabalho, mesmo o trabalho emancipado pertence ao reino das necessidades. Como nos diz Marx (1996), ser homem é ter necessidades, construídas socialmente, e satisfazê-las num movimento sem fim. O grande desafio é que *para a* satisfação destas necessidades e, sobretudo, no processo de satisfação destas necessidades (trabalho), o homem consiga construir sua liberdade.

[no capitalismo] as necessidades, a cuja satisfação o trabalho se destina imediatamente - por exemplo, comer, vestir, morar, etc. - não são de livre escolha do homem, mas uma imposição exterior a sua natureza mais essencial, de modo que ele tem de satisfazê-las sob pena de perecimento [...] sendo o trabalho um intercâmbio do homem com a natureza, por mais que avance o seu domínio sobre ela, jamais deixará de estar sujeito às leis necessárias que a governam. Haverá, entretanto, diferenças fundamentais entre este reino da necessidade (o trabalho) no capitalismo e no comunismo. No primeiro é o produto que domina o produtor, que estabelece o fim a ser atingido (a reprodução do capital), que lhe impõe as formas concretas do

issn: 1808-799X

ano 6 - número 7 - 2008

trabalho, as condições gerais e específicas da produção, o tipo de relações entre os homens e a forma de acesso aos bens produzidos. No segundo é o produtor – agora necessariamente sob a forma de “produtores associados” [...] que estabelece os fins [...] e busca as formas mais adequadas para atingi-los. (TONET, 2005, p.141)

Através do trabalho emancipado, o homem se torna efetivamente livre, porque esta é uma atividade na qual o homem tem o domínio consciente, se reconhecendo nela, realizando-se. Porém, na medida em que continua a ser trabalho, não traduz plenamente a liberdade da atividade humana, ainda condicionada pela necessidade de sobrevivência.

Cabe destacar o papel fundamental que a consciência exerce na construção da emancipação dos homens, para a revolução do capital e do trabalho. Isto considerando que a emancipação humana traduz relações sociais que têm por característica fundamental o domínio dos homens sobre os processos históricos, o que exige que a direção coletiva seja consciente do seu processo. A consciência, gerada nos diferentes espaços de formação do homem - onde a escola tem lugar privilegiado - assume papel fundamental na medida em que caberá à subjetividade (consciência) construir a partir das determinações históricas uma sociabilidade que permitirá que os homens sejam efetivamente livres. “Sem esta intervenção não seria possível construir uma sociabilidade efetivamente livre. Daí o papel do conhecimento, da batalhada idéias, do clareamento dos objetivos.” (Ibidem, p. 155). No entanto, é preciso lembrarmos: não podemos ficar limitados à consciência humana, à descoberta e entendimento pelo trabalhador da sua situação de exploração. Teoria revolucionária e ação revolucionária se conformam numa relação dialética. Isto implica dizer que a criação de uma teoria revolucionária é uma questão objetiva e subjetiva, sendo esta subjetividade gerada pela práxis.

Quando formos pensar a produção do conhecimento, a formação da consciência revolucionária nos diferentes espaços não será o caminho criticar o caráter conservador da educação apenas pelo aparato político e ideológico que a cerca. O fundamental é reconhecermos que este conservadorismo reside na sua função na reprodução social, sem nos esquecermos das forças políticas em disputa e de compreender a escola como um espaço contraditório, de tensionamento político.

Esta individualidade social não depende somente da escola. Isto porque ela é parte de uma engrenagem social, na qual as condições em que a riqueza social é produzida são determinantes ao homem que está dentro ou fora da escola.

As forças produtivas e as relações sociais são, no capitalismo, condições para a produtividade humana ou faces diversas do desenvolvimento de um tipo histórico de individualidade social. A produtividade humana afirmada na sociedade burguesa expressa um contexto histórico e particular, tanto do desenvolvimento humano universal, quanto de alienação dos indivíduos sociais.

Há uma construção específica de produção da vida humana, de sociabilidade, forjada na temporalidade do capital que é historicamente particular de individualidade social. O seu selo distintivo é tributário do caráter social assumido pelo trabalho como valor e das expressões por ele assumidas na relação mercantil (e seus desdobramentos no dinheiro, no capital e na propriedade territorial), que inaugura uma qualidade de conexão entre os indivíduos sem precedentes anteriores. Esse nexos social é mediatizado pelo valor de troca (“expressão” concreta do valor) que se autonomiza frente aos indivíduos e dissimula suas relações sociais reais.

A contrapartida é a submersão do sujeito criativo vivo. Estas relações sociais cujos mistérios residem nos produtos do trabalho e fetichizadas na mercadoria, têm sua representação traduzida pelas idéias de igualdade, liberdade, reciprocidade e interesse privado, que encontram no mercado o seu fundamento, mas cujo desvendamento implica dar um mergulho no processo imediato de produção. Isto é, no processo capitalista de trabalho, elucidando aí o papel do trabalho vivo na criação da riqueza social e o significado da vivência do trabalho para os indivíduos concretos: a maneira como experimentam contraditoriamente, a alienação do trabalho e a universalização de suas atividades no cotidiano da vida social.

Deste modo, a produtividade humana peculiar à ordem capitalista implica um tipo especial de nexos social entre os indivíduos, e, portanto, de individualidade social. Para elucidá-la, Marx (1980) utiliza-se do recurso comparado, que permite dar relevo ao caráter particular dessa individualidade: a independência pessoal fundada na dependência entre as coisas, que

permite tanto a universalização de relações, necessidades e capacidades humanas, quanto bloqueia sua apropriação como patrimônio comum.

O caminho histórico particular de individualidade social, distintiva da sociedade burguesa, encontra-se diretamente relacionada ao desenvolvimento da divisão do trabalho e à universalização dos laços de dependência que se estabelecem entre os indivíduos produtores na sociedade mercantil. Não só a produção de cada indivíduo depende da produção de todos, mas também a transformação de seu produto em meios de vida passa a depender de todos. (Ibidem).

A divisão do trabalho torna o trabalho do indivíduo tão unilateral quanto multilaterais as suas necessidades, fazendo com seu produto sirva apenas como meio de troca – e, portanto, valor de troca. Como o trabalho não é diretamente social, a coesão social passa a ser estabelecida através do mercado, visto que o indivíduo produz valores de uso para outros, valores de uso que respondam as necessidades sociais. Exige, por sua vez, que seu produto seja trocável por qualquer outro: um produto universal. E só nesta sociedade o trabalho dos indivíduos deve apresentar-se como contrário do que é, um trabalho carente de individualidade, abstratamente geral.

Essa condição histórica torna o indivíduo que trabalha condenado, pela divisão social do trabalho, à "pobreza virtual", porque está destituído de qualquer propriedade que não sua força de trabalho, que em si é mera potência ou capacidade e só pode realizar-se ao encontrar lugar no mercado de trabalho, quando demandado pelos proprietários do capital. Assim, a obtenção dos meios de vida depende de um conjunto de mediações que são sociais, passando pelo intercâmbio de mercadorias, cujo controle é inteiramente alheio aos indivíduos produtores. Essa condição de "pobreza" tende a se ampliar para parcelas cada vez maiores da população, dada a tendência do capital de reduzir o trabalho necessário como condição de ampliar o trabalho excedente, fazendo crescer conseqüentemente a população sobrando para as necessidades médias da população capitalista. (IAMAMOTO, 2007, p. 379).

A produção não é apenas a produção de um objeto, mas de um sistema de relações sociais. Na sociedade capitalista a produção implica a produção de um objeto (a mercadoria)

que é alheio ao produtor e que o enfrenta e subordina. É uma produção alienada. A produção alienada é também a produção do dominador e da dominação: a produção capitalista, como produção alienada cria necessária e inevitavelmente a dominação (ACANDA, 2006, p. 152).

A produção também é apropriação, por isso o trabalho, mesmo que alienante na sociedade capitalista, produz o homem. "O conceito de apropriação evidencia o complexo processo no qual os seres humanos, ao produzirem seu mundo, produzem-se a si mesmos e produzem sua subjetividade". (ACANDA, 2006, p. 153). Mas, o modo como se apropria dessa realidade, como a interioriza e traduz em elementos de sua subjetividade (suas capacidades, potencialidades, idéias, aspirações, valores etc.) está condicionado pelo modo como a produz, tornando produção e apropriação um todo indivisível.

1.3.1 Organização e consciência na construção do socialismo

Ao contrário das interpretações do "marxismo-leninismo" de Stálin, Marx não secundarizou a consciência e a organização às bases econômicas do capitalismo^{xii}. É importante marcar esta diferença para que não pese sobre a tradição marxista características próprias da experiência soviética. Durante o stalinismo, as contradições capitalistas objetivas poderiam fazer explodir a revolução, concepção marcante na Segunda Internacional. (Badaró, 2007).

O sistema capitalista já está em crise há décadas, o que confirma a leitura de que não são suas próprias contradições que fazem explodir o sistema. Costumamos situar e limitar as contradições do sistema capitalista à produção, ao desenvolvimento tecnológico que convive com a miséria dos trabalhadores. No entanto, a revolução no capitalismo parece estar longe de explodir de dentro das fábricas, trincheira do capital. Não há mais um grande contingente de trabalhadores num mesmo local de trabalho, próximos aos meios de produção. O capitalista percebeu o risco que corria pelas grandes greves de trabalhadores que paralisavam a produção, pelos piquetes, e desenvolveu, em resposta, um processo de trabalho mais dividido e com maior expropriação do conhecimento do Terceiro Mundo.

A leitura reformista/revisionista da II Internacional e a posterior concepção stalinista levou ao adiamento das lutas revolucionárias, quando os trabalhadores esperavam o amadurecimento de condições no campo material (acelerado desenvolvimento das forças produtivas e das contradições) para fazerem a revolução e a uma aceleração massiva da produção (planificação). Numa análise da situação soviética, Guevara destaca que, na construção do socialismo em Cuba, repetir esta linha de análise significaria correr o perigo de que "as árvores viessem a impedir a visão do bosque". Ou seja, ao perseguir a quimera de "[...] realizar o socialismo graças às armas que nos legou o capitalismo (a mercadoria como célula econômica, a rentabilidade, o interesse material individual como alavanca, etc.), pode-se chegar a um beco sem saída. (Ibidem, p. 27).

A Revolução Russa se deu na "contramão" das argumentações puramente deterministas da II Internacional, pois não havia o desenvolvimento necessário do capitalismo para a eclosão da revolução, não havia uma revolução impulsionada pelo aumento das contradições na base econômica que permitissem a tomada dos meios de produção pelos trabalhadores. O desdobramento da experiência soviética nos leva a atribuir o seu insucesso ao momento de acúmulo de consciência revolucionária que deixava o passado capitalista mais vivo que a transição socialista.

As origens da Revolução Russa devem ser procuradas nas estruturas políticas e sócio-econômicas da Rússia pré-revolucionária (monarquia, czarismo), com acentuada crise social, com a reclamação da terra pelos camponeses, precárias condições vividas por um proletariado reduzido. A Rússia ainda tinha uma burguesia desarticulada, sem possibilidades de competir com o capital estrangeiro internacional, mesmo assim marchando com Lênin na construção do socialismo.

Havia partidos políticos de oposição, organizados na clandestinidade, agravando as contradições e a crise. A guerra poderia não ser diretamente entre burgueses e proletários, mas era pela terra, contra a fome, contra o domínio czarista. Havia condições para uma revolução, mas para o socialismo ainda faltavam coisas a serem feitas. Mesmo com o Czar no governo, crescia a organização partidária, "os soviets" e a consciência das aspirações do povo. Aos poucos o governo teve de fazer concessões como o direito ao voto e uma Constituição. Foram exigidas jornadas de oito horas de trabalho e liberdades políticas.

Em 1905, multidões desarmadas foram às ruas e manifestantes foram fuzilados nas ruas de Petrogrado, o que pôs fim à confiança no governo e colaborou para a unificação dos trabalhadores. A luta pela Revolução Socialista era comandada pelos sovietes.

A entrada da Rússia na Primeira Guerra Mundial fez acentuar a crise no país que estava despreparado para enfrentar os esforços de uma guerra. O movimento grevista cresceu, e apesar do enfrentamento com a polícia, uma parte do exército se uniu aos manifestantes, fazendo o poder czarista desmoronar. Esta foi a revolução de março de 1917.

Porém, John Reed (1978)^{xiii} sinaliza que a classe dominante havia feito aliança com o proletariado taticamente na derrubada do Czar. A burguesia queria uma emancipação política, que, tirando o poder do Czar, passasse para as suas mãos. Ela rompia com os operários quando eles avançavam na luta pelo socialismo, e, portanto, para uma emancipação humana. A burguesia sabia que, com a emancipação humana, não teria sentido a sua luta pelo governo. Ela não poderia conservar sua governabilidade. Da mesma maneira, sem a emancipação humana, não cessaria a luta dos trabalhadores na construção do socialismo, pois sem a adesão das massas, não estaria cessada a possibilidade de tomada do poder que seria ampliada se a burguesia obtivesse consenso na esfera produtiva, nos campos e nas cidades.

No entanto, os trabalhadores não reduziram a importância da emancipação política, do poder governamental. Eles sabiam que sob um governo "liberal" eles se arriscariam a perpetuar sua condição de miséria, tendo em vista que não havia ainda domínio sob o Estado. Ficava claro que o poder não poderia ficar nas mãos de outras classes sociais. O operariado russo podia ser considerado revolucionário, porque estava disposto a levar até o fim a sua luta contra seu opressor, a classe capitalista.

Os trabalhadores russos, mesmo reconhecendo que as instituições políticas norte-americanas são preferíveis às deles (na comparação da monarquia à democracia burguesa), não querem trocar um despotismo por outro (o da classe capitalista). Por isso, após a revolução burguesa se desenvolveu a revolução socialista.

Este é um momento de atenção. Foi preciso muita luta para que os trabalhadores conseguissem alcançar o poder. Os trabalhadores em passeatas pediram “todo poder aos soviets de deputados, operários, soldados e camponeses”. Na perda do consenso, foram convocados soldados pela elite no poder para que a manifestação fosse esmagada e os jornais bolchevistas fossem fechados. Os soviets davam condições pela sua composição plural (deputados, operários, soldados e uma maioria camponesa) de disputar o poder com o poder constituído.

O governo provisório foi deposto e os bolchevistas assumiram o poder. No entanto, esta era apenas a primeira etapa, pois agora, os homens que tomaram o poder em 1917 procuravam, não tão conscientes, criar um novo tipo de sociedade que apenas existiam nas mentes de seus seguidores. Nota-se que a passagem ao governo provisório, em marco de 1917, foi estimulada com o advento da Primeira Guerra que colocava a Rússia em condições ainda mais difíceis.

As contradições são determinadas pelo capitalismo, que está “grávido” das crises do mundo (desemprego, prostituição infantil, perda de terras e extermínio dos pobres); mas são os trabalhadores, na leitura desta contradição, que fazem possível a revolução. São os trabalhadores quem podem ver um outro mundo no horizonte e lutar por ele. Sem esta visão e a disposição para a luta, continuam as contradições do capitalismo. Quem define se estas contradições farão eclodir a revolução ou o fim do planeta são os homens em luta.

[...] não é só uma tradição, mas um lugar comum falar-se que as contradições sociais dinamizam a luta de classes e são uma espécie de parteira do futuro ideal. Ora, isso não passa de verbiagem vazia e de mecanicismo barato. As contradições refletem a forma e o grau do desenvolvimento do capitalismo, da relação recíproca de classes sociais antagônicas. Na tradição marxista o certo seria perguntar se as classes trabalhadoras possuem ou não condições objetivas e subjetivas para travar em nome próprio e em seu proveito a luta de classes. (FERNANDES, 1981b, p77-78).

A formação de classe exige a identificação de um inimigo em comum. Analisando a conjuntura brasileira, percebemos que o potencial explosivo da força revolucionária, não desnecessária para Gramsci, parece residir em alinhar movimento de resistência à ofensiva

particular do capital via Estado (ex. movimentos contra a violência etc.) com movimentos que têm tradição de organização estratégica, que possuem, em algum grau, o amadurecimento de um projeto que favoreça os trabalhadores.

Como destaca Iasi (2007), o que define a participação em determinada classe é a participação em determinado movimento político (igualdade de interesses) somados à posição ocupada nas relações sociais e propriedade dos meios de produção. Neste sentido, a reestruturação produtiva e suas mudanças na esfera do trabalho não significam a emergência de uma sociedade amorfa, sem classes, mas a emergência de desafios à identidade dos trabalhadores, exigindo muito mais esforços no campo da organização.

É preciso considerar que a organização do movimento também se dá por vias subjetivas. A violência (coerção) é elemento que pode potencializar a unidade entre os sujeitos. Porém essa ligação deve ser feita com consciência política para não cairmos na análise superficial, fenomênica das questões sociais.

Na construção do socialismo, é de fundamental importância as instituições revolucionárias. Elas não serão construídas de um dia para o outro, e, por isso, os trabalhadores não poderão desprezar o conhecimento acumulado até então. É importante dizer que esse conhecimento não é burguês nem proletário, mas construído na relação entre as duas classes em favor da burguesia. Por isso, a destruição da instituição burguesa não significa a negação do conhecimento, mas sua apropriação sob uma nova episteme.

A ocupação destas instituições representará a vitória dos trabalhadores que ali estavam sob a égide do capital. A luta institucional dos trabalhadores em articulação com outros setores da sociedade aglutina forças e torna possível a resistência, que ganha legitimidade, porque nela estão trabalhadores do ramo. Um exemplo disto é a luta pela defesa da universidade pública, que sofre com as contra-reformas do capital. Os professores e alunos das universidades têm legitimidade para dizerem o tipo de educação que querem e qual a educação que julgam ser de qualidade. Sabemos que mesmo cientes dessa legitimidade, reitores e diretores agem como representantes do Banco Mundial no Brasil, negligenciando a autonomia universitária, sendo indiferente às deliberações dos Conselhos Universitários. A

cooptação de Diretórios Acadêmicos, de reitorias e direções, é um desafio aos trabalhadores que precisam lutar contra a corrupção e o individualismo arraigados. Conforme ressalta Ernesto “Che” Guevara.

[...] na imagem das multidões marchando para o futuro se encaixa o conceito de institucionalização como o de um conjunto harmônico de canais, escalões, comportas, aparatos bem azeitados que permitam essa marcha, que permitam a seleção natural daqueles destinados a caminhar na vanguarda e que concedam o prêmio aos que cumprem e o castigo aos que atentem contra a sociedade em construção. (GUEVARA, 1991, p. 30).

Sobre a Revolução Cubana, Guevara dizia que a institucionalidade da revolução ainda não havia sido alcançada.

Buscamos algo novo que permita a perfeita identificação entre o governo e a comunidade em seu conjunto, ajustada às condições peculiares à construção do socialismo e fugindo ao máximo dos lugares comuns da democracia burguesa, transplantados para a sociedade em formação (como as câmaras legislativas, por exemplo). Foram feitas algumas experiências no sentido de se criar progressivamente à institucionalização da revolução, mas sem maior pressa. O freio maior que encontramos foi o medo de que qualquer aspecto formal nos separe das massas e do indivíduo, nos faça perder de vista a última e mais importante ambição revolucionária, que é a de ver o homem libertado da alienação. (Ibidem).

Ainda era destacada por “Che” a urgência de uma padronização necessária, sendo a institucionalidade um mecanismo importante para este fim. Para o revolucionário latino-americano, era como se o homem ainda não tivesse tomado sua consciência por completo na transição ao socialismo, estando vulnerável aos resquícios do capitalismo. Esta institucionalidade estaria representada pela vanguarda. Isto é, seria preciso criar mecanismos que fizessem o nexo entre o individual e o coletivo, que estaria ameaçado com o indivíduo abandonado na transição da velha sociedade para a nova.

Era preciso explicar e fazer os indivíduos sentirem a necessidade de uma formação técnica e de cultura geral, que permitisse a ascensão da coletividade, a preservação da

espécie, numa negação do estranhamento em relação ao produto, no fim da alienação. Quebradas as correntes da alienação, o homem teria condições de realizar-se como criatura humana. Ou seja, o indivíduo precisaria perceber que caminha na busca pela reapropriação da sua natureza pelo trabalho liberado, no fim da mercadoria homem e na instalação de um sistema que outorga uma quota pelo cumprimento do dever social.

No socialismo os meios de produção pertencem à sociedade, sendo a máquina uma trincheira onde o dever é cumprido. O trabalho deixa de ser uma obrigação penosa, porque o homem passa a se ver retratado em seu produto, compreendendo a sua humanidade através dele.

Considerações Finais

Tal como destaca Mészáros (2007), a plena realização da igualdade substantiva é uma tarefa histórica de imensa dificuldade, uma vez que envolve a transformação de toda a ordem social. A concretização de uma sociedade verdadeiramente eqüitativa exige a superação radical das hierarquias estruturais de exploração estabelecidas há anos. No mesmo sentido, o presente texto pretendeu fazer uma avaliação crítica da história construída pelos homens, identificando as exigências fundamentais a serem incorporadas na construção de uma educação para a emancipação humana.

No fechamento desta análise, é válido fazermos um esforço de aproximação, ainda que pontual, dos dilemas postos para o resgate de uma relação histórica e dialética entre trabalho e educação (no entendimento do trabalho como atividade ontológica e ontocriativa), centralmente a partir dos desafios e impedimentos concretos postos à educação brasileira e dos dilemas colocados aos jovens brasileiros, que nesta fase da vida começam a pensar a relação com o trabalho.

A partir dos elementos trazidos pelo texto parece tornar-se evidente o desafio aos movimentos sociais na realização da tarefa de pensar e contruir novas relações de produção da vida material e, com elas, novas pedagogias que tragam a ética da nova produção material da vida como espinha dorsal, estruturante da educação brasileira.

Devemos considerar que o papel desempenhado pelo Estado é resultante da sua relação com a sociedade, por isso atualmente, numa aceitação à nova ordem de mundialização do capital, seu papel é correspondente à “liberalização” e a “desregulamentação” do mercado que foram adotadas pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987 e, nos anos seguintes, pelos demais países industrializados.

A globalização “totalitária” permitiu a emergência de um “espaço financeiro mundial”, como nos diz Chesnais (1998), patrocinado por este Estado na vigência da mundialização financeira, antagônica a harmonia no mercado, que não existe num sistema de classes sociais. Ela está representada pela hegemonia estadunidense, considerando que o sistema financeiro dos EUA domina os outros, em função da posição do dólar e também “das grandes dimensões dos mercados norte-americanos de bônus e ações.” (Ibibem, p. 12).

Num mercado mundializado - onde se torna difícil o enfrentamento direto com o capital, em virtude da sua articulação mundial e de sua força pela “regulamentação do latifúndio” em nome do crescimento econômico - é fundamental a disputa do Estado social que, em sua ausência, torna o capital mais poderoso, mesmo em um momento de crise.

Neste sentido, é fundamental a luta pela escola pública que é um desafio aos movimentos sociais que buscam, no resgate da cultura popular, uma educação popular construída pelos povos do campo, das florestas etc. O grande desafio que o desnudamento da condição dependente nos coloca é o avanço na construção da escola pública, sem desconsiderarmos o conhecimento socialmente produzido, sendo necessária uma luta pela sua ressignificação e reinterpretação. A sua negação pura e simples, sem vistas à superação, significa a negação de uma evidência de classe; isto é, significa apagar da nossa história as evidências da dominação que se apresentam também via sistema de ensino.

Por isso, entendemos a construção de uma escola pública como uma construção histórica e também dialética, que se faz na negação para a superação, na identificação da importância da criação de consenso na disputa por hegemonia.

Neste sentido, é fundamental reconhecermos que foi a burguesia brasileira e os escalões externos quem construíram o “apagão educacional” e de qualificação, e não os jovens da classe trabalhadora e seus pais cobrados a investirem em educação. “A reclamação da falta de escolaridade e de qualificação dos empresários, políticos e intelectuais da classe dominante brasileira é profundamente cínica”, destaca Frigotto (Ibidem, s/p).

A burguesia brasileira sempre negou a escolaridade básica e, como consequência, a formação profissional efetiva à maioria dos jovens e adultos trabalhadores. Em seu projeto sempre esteve uma educação unidimensional a serviço do mercado e do capital. Seu objetivo sempre foi a oferta de uma educação profissional descolada de uma formação de cultura geral estruturante da consciência ativa dos homens. Sem esta formação básica integrada à formação profissional, só restou aos trabalhadores um adestramento, polivalente, cujo objetivo é formar trabalhadores obedientes.

Para os trabalhadores e educadores que atuam nos diferentes espaços da sociedade e na escola e que têm uma visão crítica às relações sociais capitalista compete lutar, no plano teórico e da prática, por uma educação que desenvolva todas as dimensões do ser humano. A isso denominamos uma educação omnilateral ou politécnica. Por isso, pensar de uma maneira ou de outra faz uma diferença radical. Ou seja, de reproduzir e legitimar a exploração e alienação ou de combatê-la e, de dentro desta sociedade, buscar superá-las. (Frigotto, 2007,s/p).

A identidade profissional vivencia uma crise associada às mudanças dos processos produtivos e organizacionais daquilo que a literatura crítica denominou de produção flexível. Este novo contexto de crescente incorporação de ciência e técnica ao modo de produção (capital morto), sob nova base tecnológica digital-molecular aumenta o desemprego estrutural e desloca a concepção de qualificação e de profissão.

Conseqüentemente, também fica combalida a identidade profissional. As noções de competência e de empregabilidade expressam esta metamorfose conceitual e encontram sua expressão concreta no ideário de trabalhador polivalente e flexível. Também, no plano ideológico, se busca apagar a identidade de classe ou de categorias profissionais vinculadas aos sindicatos. O empregável é o indivíduo portador de um conjunto de competências lidas pelo mercado e pelas empresas como desejáveis. Uma espécie de trabalhador *just-in-time* que tem que fazer com “competência” o requisitado.

Principalmente nas últimas quatro décadas, assistimos um debate que marcava a presença do ensino técnico adaptativo a esta lógica destrutiva do sistema capitalista e a luta para dar aos jovens elementos de formação técnica, social e política de sorte que os prepare para entender esses processos, e, na mediada de sua organização e disposição de luta, reduzir os processos de exploração e alienação.

Há uma relação orgânica do Estado com os interesses imediatos do mercado e das organizações empresariais. Quando se têm projetos educativos que buscam uma formação técnica, social e política integral, os jovens têm maiores chances de inserção no mercado de trabalho e, também de lutar pelos seus direitos. (FRIGOTTO, 2007).

Na verdade a grande luta é para que todos os jovens, independente de sua origem social, possam ter uma educação básica (fundamental e média) que, ao mesmo tempo, articule o específico ao geral, o técnico ao social, cultural e político. A isso que denominamos de educação e/ou formação unitária, omnilateral, integral, politécnica ou tecnológica.

Somos uma sociedade que tem na sua estrutura constituinte a cultura do coronel e do bacharel. Ambas herdeiras da cultura escravocrata. A primeira reitera a violência direta e truculenta com o trabalhador e a segunda pelo desprezo com o trabalho manual e técnico. Estas duas marcas se reforçam e fazem com que a classe média busque para seus filhos as escolhas que melhor preparam para o ingresso no ensino superior. Se estas escolas forem, como tem sido no Brasil, a Federal de Ensino Técnico e tecnológico, disputam estas vagas, não para buscar os empregos técnicos, mas para ter mais chances de ingresso na Universidade nos cursos de maior prestígio social. (Frigotto, 2007, s/p).

A busca pelo ensino superior pelos trabalhadores se dá pressionada pelo aumento da competitividade, considerando que o ensino fundamental e médio não garantiu para estes jovens o seu déficit de escolaridade crescente. (Ibidem).

Na América Latina, o Brasil é um dos poucos países onde o Ensino Médio não é obrigatório. Comparado com os países europeus a distância é ainda maior. Ele se apresenta como uma forte mediação de negação da cidadania efetiva à grande maioria dos jovens brasileiros e, também, da possibilidade de avançarmos tanto na produção de ciência e tecnologia, quanto de sua adequada aplicação no processo produtivo.

Isso se revela em dados que indicam que o Brasil concorre com 1,6% da produção científica internacional e responde apenas por 0,0019% das patentes internacionais que indicam a criação de novas tecnologias. Com efeito, apenas ao redor de 45% dos jovens brasileiros concluem o ensino médio, e destes, aproximadamente 60% o fazem em situação precária - noturno e/ou supletivo. Quando analisados por região e pela classificação urbano e rural, estes dados assumem outras dimensões da desigualdade.

Ainda sobre o Ensino Médio, as diretrizes do Banco Mundial no final da década de 1980, apontavam para a introdução de testes padronizados para a avaliação de rendimento escolar dos alunos, incentivo financeiro diferenciado conforme rendimento escolar de cada instituição escolar, incremento gradativo de matrículas na rede privada de Ensino Médio via custeio de bolsas pelo governo. O relatório também apontava uma baixa equidade dos sistemas educativos nacionais apontando o alto custo anual por aluno das escolas técnicas federais em comparação com os alunos de outras escolas públicas de ensino médio. Dentre as recomendações do BM constava: cobrança de anuidades e/ou taxas escolares, seja mediante a aplicação do sistema de crédito educativo para "atender os alunos carentes", seja pelo pagamento direto pelos alunos de acordo com renda familiar. Neste sentido, a Política Nacional de Ensino Médio segue determinada pela divisão internacional do trabalho que reserva ao Terceiro Mundo os conhecimentos elementares, a formação básica e técnica para o trabalho.

Estes são alguns questionamentos para a ratificação da urgência da luta por uma educação que tenha o homem como centro e, portanto, a sua atividade vital (o trabalho) como ponto de partida. Isto é completamente distinto de tomar o emprego e o mercado de trabalho como elementos organizadores da formação humana. Nesta crítica, é fundamental a resistência e luta dos movimentos sociais.

* Este texto é fruto de minha dissertação de Mestrado defendida em 2008 no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ).

** Jacqueline Aline Botelho Lima é formada em Serviço Social pela UERJ, é Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ) e Pesquisadora Assistente dos Projetos Observatório Social de America Latina (OSAL/CLACSO) e Outro Brasil (LPP/UERJ) desde 2005.

Referências Bibliográficas

ACANDA, J. L. *Sociedade civil e hegemonia*. Trad. Lisa Stuart. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981a.

_____. *Poder e Contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981b.

FRIGOTTO, G. *A Produtividade da Escola Improdutiva : um (re) exame das relações entre Educação e Estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Os jovens e o ensino técnico. Observatório Jovem. Rio de Janeiro, 18 dez. 2007. Entrevista. Disponível em: http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_content&task=view&id=398&Itemid=5>. Acesso em: 18 fev. 2008.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. v. 2, 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 6v.

GUEVARA, E. O socialismo e o homem em Cuba. In: GUEVARA, E. *O socialismo humanista*. 2. ed. Trad. Emir Sader. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

HARNECKER, M.; URIBE, G. *Capitalismo e socialismo*. São Paulo: Global, 1980.

IAMAMOTO, M. *Serviço Social no Tempo do Capital Fetice: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

IASI, M. *Ensaio sobre consciência e Emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KONDER, L. *O Futuro da Filosofia da Práxis – O Pensamento de Marx no século XXI*, São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____; COUTINHO, C. N. Correspondência com Georg Lukács. In: PINASSI, M. O.; LESSA, S. *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.

KOSÍK, K. *Dialética do Concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de ciências humanas*, nº4, São Paulo, 1978, p. 1-18.

_____. A autocrítica do marxismo. In: PINASSI, M. O.; LESSA, S. *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MARTÍ, J. *Política de Nuestra América*. México, Siglo Veintiuno, 1977.

MARX, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. 1857-1858.12. Ed. Mexico: Siglo XXI, , 2v, 1980.

_____. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: MARX, K; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. v1, RJ: Editora Vitória, 1961, p.199-285.

_____. *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros escritos*. In: *Os pensadores*. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____; ENGELS, F. O manifesto do partido comunista. In: _____. *Obras escolhidas*. v. 1, RJ: Editora Vitória, 1961, p.13-47.

_____. O capital. Livro I, v. 1. SP: Editora Nova Cultura, 1996.

_____. *Miséria da filosofia. Resposta à filosofia da miséria de Proudhon*. São Paulo: Centauro, 2003.

MÈSZAROS, I. O Socialismo no século XXI. O desafio e o fardo do tempo histórico. SP: Boitempo, 2007

NETTO, J.P; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ORGANISTA, J. *O debate sobre a centralidade do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

REED, J. *Dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Global, 1978.

SINGER, P. Curso de Introdução à Economia Política. RJ: Forense Universitária, 1975.

TASSIGNY, M. Ética e Ontologia e Lukács e o Complexo social da educação. *Revista Brasileira de Educação* - ANPED. São Paulo, n. 25, p.82-93, jan./abr. 2004.

TONET, I. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, 2005.

ⁱ Para Marx (1987, p. 176 -177), “[...] a *propriedade privada* é apenas a expressão sensível do fato de que o homem se torna objetivo para si e, ao mesmo tempo, se converte bem mais em um objeto estranho e inumano, do fato de que a exteriorização de sua vida é alienação da sua vida e sua efetivação sua desefetivação, uma efetividade estranha. [...] A propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e unilaterais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando é imediatamente possuído, comido, bebido, vestido, habitado, em resumo, utilizado para nós. Se bem que a propriedade concebe, por sua vez, todas essas efetivações imediatas da posse apenas como meios de subsistência, e a vida, à qual elas servem de meios, é a vida da propriedade privada, o trabalho e a capitalização [...] a superação da propriedade privada é por isso a emancipação total de todos os sentidos e qualidades humanos.”

ⁱⁱ O camponês não pode, nesta sociedade capitalista, determinar o valor de uso das mercadorias que produz, visto que não pode deliberar sobre o caráter, a qualidade da agricultura. Muito contrariamente, quem determina esta qualidade é quem tem o poder econômico, conduzindo a produção do conhecimento na produção em prol dessa valoração privatista.

ⁱⁱⁱ A intenção no campo não é destruir mercadorias, mas dar fim à determinação das leis do mercado sobre as mesmas.

^{iv} O valor de uso é expropriado no campo pelo capital. Num contato direto com a natureza, respeitando o papel dos países de Terceiro Mundo na divisão do trabalho (reprimarização da economia), o homem do campo tem cada vez mais condicionada pelo “valor” a dimensão concreta do seu trabalho. É a transnacional quem pensa a utilidade da terra e dos minérios e não o homem do campo. Justamente o trabalho concreto constitui a humanidade do homem,

justamente esta dimensão é condicionada progressivamente alimentada pelo avanço imperialista do capital.

Neste sentido, cabe pensarmos como se insere o debate da ontologia do trabalho hoje, tendo em vista que chegamos a níveis muito elevados de alienação na ampliação da coisificação do homem sob a égide do capital e do seu fetiche.

Justamente por não ser produto, mas sim mercadoria em seu fetiche, o resultado do trabalho dos mineradores, agricultores não poderá ser artigo “de sua necessidade” ou da necessidade de sua comunidade. Permanece a dimensão concreta do trabalho, mas, no capitalismo, determinada pelo capital e seu fetiche.

Nas sociedades capitalistas também havia troca, porém nesta troca a dimensão concreta não convivia com o super avanço privatista sobre a natureza que deixa todo o trabalho sob o domínio dos capitalistas e não de produtores associados ou de produtores isolados que realizam trocas fortuitas. No capitalismo, o “valor” cresce com força sobre o valor de uso; as mercadorias aparentam ganhar mais ou menos valor pelo aumento dos preços, dos juros.

A lógica capitalista é a dos lucros. Hoje impera a lei das revendas como se elas por si só fossem criadoras de valor. O que precisamos pensar é: o que possibilita a aquisição de lucro nas revendas? Como resposta, chegamos à apropriação inicial dos meios de produção por expropriação. Logo temos pessoas com possibilidade de produzir e outras sem possibilidade de produzir. As que estão na condição de expropriadas possuem quatro alternativas: A) promover a desexpropriação (o que na filosofia burguesa significaria roubar) e na democracia burguesa reivindicar o que não se reivindica, ou seja, lutar pelo que não é seu por direito, pelo que não se busca conquistar pela venda da força de trabalho. B) Vender a força de trabalho no mercado, estando submetido à extração de mais-valia absoluta e relativa. Esta saída única oferecida pós-expropriação capitalista elimina as chances de emancipação humana pelo trabalho. C) O homem mal pode cumprir suas necessidades de sobrevivência (vestir, comer, garantir o sustento dos filhos) e muitas vezes a opção ao complemento da renda é pela alienação, reproduzindo o capital revendendo as mercadorias. Reproduzindo a relação capitalista, condicionada pela alienação, não só a venda da força de trabalho se coloca como alternativa, mas também o comércio ampliado. D) Ainda resta uma quarta saída que se relaciona em muito com a terceira e com a segunda. O homem, num investimento familiar, vende sua força de trabalho, ganha seu salário e o “poupa” de forma que possa investir na formação dos filhos. Estes devem estudar nas melhores escolas, formando-se nas melhores carreiras para serem empresários bem sucedidos ou intelectuais bem sucedidos.

Aqui temos a nítida sensação de não haver alternativa para nós trabalhadores fora da lógica capitalista. Para finalizar, a teoria do capital humano se apresenta como alternativa. Desta forma, assim como na produção, no açoitamento do trabalhador, a sua condição de sofrimento gera um potencial de revolta, assim também o acesso ao conhecimento acumulado, sistematizado na relação dialética com a luta, pode potencializar a indignação, criando o sentimento de injustiça, mantendo acesa a chama revolucionária. Por isso, é contra essa última expropriação que temos que lutar com intensidade, o que nos revela o mérito das experiências de autoformação do MST que constroem a negação da expropriação do conhecimento, da alienação no ensino, construindo a verdadeira potencialidade da formação que caminha junto com o trabalho e com a luta organizada.

^v De acordo com Singer (1975), os partidários da Economia Marginalista colocam a origem do valor no valor de uso das mercadorias. Como destaca o autor, as opostas concepções de “valor” firmadas entre a “Economia Marginalista” e a “Economia Marxista” demonstram as diferentes “interpretações da vida social, da evolução da sociedade e dos rumos desta evolução”. Há na ciência econômica moderna, duas maneiras distintas de se definir valor: uma delas o analisa a partir da relação do homem com as coisas. Ela parte da idéia de que o

homem sente uma série de necessidades e é na procura da satisfação dessas necessidades que ele se engaja na atividade econômica. Portanto, o que ele cria na atividade econômica, ou seja, o *valor*, é o grau de satisfação ou a utilidade derivada dessa atividade. De acordo com esta abordagem, a atividade econômica se dá essencialmente entre o homem e o meio físico, em que o homem atribui valor aos objetos ou aos serviços, na medida em que estes satisfazem suas necessidades. A teoria do valor-utilidade lê o valor como uma manifestação de comportamento essencialmente subjetivo. (Ibidem, p. 12-13).

O autor ainda destaca que a teoria do valor-utilidade, quando explica o valor das mercadorias e dos serviços, parte do mercado (um segmento da realidade), sendo a troca não apenas manifestação do valor, mas também criação do valor. A teoria do valor-utilidade tem sua aplicação prática imediata, na explicação dos preços efetivos no mercado.

A abordagem marxista, sua antagonista, retira o valor não das relações do homem com as coisas, mas do homem com outros homens, isto é, das relações sociais. O valor, neste caso, é o fruto das relações que se criam entre os homens na atividade econômica. A primeira é a teoria do valor-utilidade e a segunda, a teoria do valor-trabalho que parte da idéia de que a atividade econômica é essencialmente coletiva. Esta atividade não é acordada no capitalismo, mas determinada pela dominação e divisão desigual do conhecimento. E como se daria no socialismo? Talvez a divisão será dada pela necessidade **coletiva**. Mas medi-la ainda seria desafio, sendo necessária a construção de uma nova ética.

"A teoria do valor-trabalho parte da produção: o valor não surge no mercado, ele surge na produção. O trabalho não é encarado como algo negativo, como a renúncia ao ócio, ao descanso, mas como uma atividade que afirma o homem como homem. O indivíduo é encarado como produtor social, como indivíduo integrado na divisão social do trabalho." (Ibidem, p. 20).

O excedente social é gerado na teoria valor-utilidade pelo valor total poupado pelos indivíduos; ao contrário, a teoria do valor-trabalho destaca que é a necessidade de competir que faz com que o capitalista poupe e gere excedente, sendo este último gerado pela extração de mais-valia absoluta e relativa.

^{vi} Cf. Marx (1980, II, 217-218).

^{vii} A obra lukacsiana nos traz contribuições que ajudam a compreender o quanto ainda são atuais as teses que defendem a centralidade do trabalho e a centralidade política dos trabalhadores na luta contra o capitalismo. Segundo o autor, o trabalho possui caráter mediador homem (sociedade) e natureza e permite, portanto, o salto do meramente biológico para o ser social. A história humana é para Lukács (1978) constantemente atravessada pela tensão, e não separação, entre dois pólos da sociedade: o gênero humano, como síntese e totalização das ações individuais, e as ações dos indivíduos em sua singularidade e particularidade histórica. A partir desta tensão a ontocriatividade é possível. A tensão colocada por Lukács resgata a contradição da sociedade capitalista.

Nesse particular, como destaca Tassigny (2004), o autor pretendeu combater leituras do marxismo sobre a história que sustentavam uma visão puramente determinista na consideração dos indivíduos como simples agentes da lei histórica e a concepção hegeliana, no sentido idealista, em que a história é produto das intenções da vontade dos homens.

^{viii} Na forma social de equivalente geral – representada pelo dinheiro – o trabalho privado só se torna social pela transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato. Este pressupõe um processo de despersonalização (ou equalização do trabalho) que se torna social ao ser socializado e unificado, ou seja, ao ser igualado a outras formas de trabalho, o que torna o trabalho impessoal, despersonalizado, componente da massa total do trabalho homogêneo.

^{ix} Lukács (1978) parte da teoria da alienação desenvolvida por Marx, ou mais especificamente da teoria do fetichismo das mercadorias; contudo, a categoria da reificação, em Lukács, é fruto de uma fonte dupla: de um lado "O Capital" de Marx, em especial o capítulo que trata do fetichismo da mercadoria no livro I e as passagens sobre a "coisificação" no livro III, e do outro lado as análises da sociologia alemã sobre a sociedade industrial moderna, com destaque para as de Ferdinand Tönnies, Max Weber e Georg Simmel. A reificação para Lukács é um fenômeno que é geral, estrutural de toda a sociedade burguesa, que possui em sua base material o reino onipresente da mercadoria. Este fenômeno representa o protótipo de todas as formas de objetividade e de todas as formas correspondentes de subjetividade. O fetichismo da mercadoria é, para o autor, meio pelo qual a alienação adquire base econômica e produtiva e se estrutura nas ações humanas.

No entanto, é preciso destacar que, nas correspondências entre Lukács e Carlos Nelson Coutinho realizadas durante o ano de 1963, o marxista húngaro destaca que, em "História e Consciência de Classe" (escrito em 1943), "[...] a alienação [Verfremdung] ainda é tratada no sentido hegeliano, ou seja, a reificação [Verdinglichung], enquanto categoria filosófica universal, compreende em si tanto a objetivação [vergegenständlichung] em sentido geral quanto a alienação [verfremdung] em sentido específico. Isso tem como consequência que também seja posta em dúvida a objetividade das relações naturais (dialética da natureza)". (KONDER; COUTINHO, 2002, p. 144). A objetivação em Marx é alienada, não havendo duas dimensões (uma geral e uma específica) que não se contaminem. Não é possível, portanto, uma identidade entre as duas dimensões. Coutinho responde afirmando compreender, a partir de então, como o ensaio "A reificação e a consciência do proletariado" (contido em *História e consciência de Classe*) "[...] permanece preso a algumas categorias hegelianas (em particular a identidade entre objetividade [objectivité] e a alienação [aliénation]), cuja superação dialética é necessária para o desenvolvimento materialista do pensamento marxista." (Ibidem, p. 145). Para analisar a referida obra citada pelo autor, cf. (LUKÁCS, 2003).

Nas observações de Tassigny (2004), assim como Marx, Lukács considera o trabalho como categoria fundante do ser social. Porém, de modo diferente, decompõe esta atividade em "objetivação" e "alienação". A objetivação é apresentada como sentido positivo da exteriorização, como possibilidade humana de criação do novo. Nem todas as objetivações humanas, para o autor, desempenham papel positivo no desenvolvimento da personalidade, tendo em vista que em determinados contextos históricos, apresentam-se como obstáculos à humanização, tal como na sociedade capitalista. A alienação aparece assim, como *forma* de objetivação. Lukács denominou esta forma negativa de "*estranhamento*".

Isto demonstra que Lukács não analisa o trabalho apenas na sociedade capitalista e que, portanto, quando analisamos as contribuições do autor para o debate sobre trabalho é preciso considerar sua grande contribuição para o debate do trabalho no sentido ontológico, mas considerando que este vem afetado pela particularidade histórica capitalista. Nesse sentido, Lukács nos ajuda de forma mais completa quando analisamos o debate da ontologia do ser social associado à discussão sobre o trabalho do ponto de vista de sua alienação. Sem esta última leitura, caímos numa leitura lukácsiana reducionista e idealista.

A objetivação positiva de Lukács não produz mercadoria, apenas produto, que dentro da sociedade capitalista não garante a sobrevivência de quem o executa sem que este produto entre no jogo das relações capitalistas de compra e venda; por isso, consideramos ser inviável pensar a sua dimensão concreta (a produção do casaco para a vestimenta, do colar para o enfeite) como ponto de partida para a análise da sociedade capitalista, da educação etc. Isto, porque para garantir sua sobrevivência, o homem teria que trocá-lo por artigos de sua

issn: 1808-799X

ano 6 - número 7 - 2008

necessidade. Ex: a mulher que faz o casaco de crochê não o faria sem os instrumentos necessários. Ela teve de comprá-lo, ou quem lhe cedeu teve que fazê-lo. Na sociedade capitalista, se o homem não depende da compra ou venda de determinado produto para viver, este produto não é mercadoria, e, portanto, não é este trabalho a base de compreensão da sociedade capitalista.

^x Lukács (1978, 2002) não desconsidera a ação nociva do capitalismo sobre o trabalho, na medida em que, tal como Marx, destaca que o capital passa a dominar a vida dos homens, de modo que as ações humanas passam a estar prioritariamente atreladas às necessidades de valorização (acrescentar valor ao) do capital. Nesse processo de coisificação, os indivíduos, na produção, passam a trabalhar sobre uma posição teleológica geral que dá suporte à produção/reprodução da sociedade capitalista, impedindo as possibilidades de formação de uma individualidade verdadeiramente livre.

Somadas a estas considerações sobre a divisão do trabalho, os conflitos de classes e as contradições presentes na sociabilidade capitalista de produção, a alternativa ontológica de Lukács nos convida a pensar outros dilemas no desenvolvimento do gênero humano: permanecer no gênero em-si, submisso à manipulação capitalista e ao “*estranhamento*” que separa os indivíduos de toda apropriação subjetiva das capacidades acumuladas no desenvolvimento das forças produtivas, ou responder ao desafio de sua presente situação ontológica, produzindo posições teleológicas que se contraponham às situações de exploração, impulsionando o desenvolvimento da humanidade.

Este dilema, segundo leituras do autor, pode ser resolvido pela práxis educativa, pela consciência, pela ética, em que a luta pela liberdade humana parece incorporar momentos de escolhas, entre as opções existentes, daquelas ações que apontam para um devir humano autêntico, e que, portanto, se constitui base da construção da generalidade humana para-si. Quanto à real possibilidade de objetivação do ser para-si na sociabilidade capitalista, Lukács sinaliza a exigência de superação dos estranhamentos. Destaca que o desenvolvimento social anima um ser cada vez mais integrado e, por isso, crescentemente portador de necessidades genéricas; implica-se daí uma consciência progressivamente mais sintonizada com as necessidades humanas como um todo. A esse respeito, cf. (KONDER, 1992).

^{xi} A esse respeito, cf. as formulações elaboradas por Gramsci (2001).

^{xii} Esta questão pode ser percebida e analisada ao compararmos as formulações elaboradas por Marx nas obras “Miséria da filosofia” (MARX, 2003), “Manifesto do Partido Comunista” (MARX; ENGELS, 1961), e “O 18 Brumário de Luis Bonaparte” (MARX, 1961).

^{xiii} John Reed era jornalista, e participou do dia-a-dia dos acontecimentos revolucionários de março de 1917, na Rússia.